

12/07/2019

Grande Imprensa

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Escola cívico-militar é meta](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Uma festa literária e a vida com lida com livros](#)

[Da campanha ao Planalto, veja os acenos de Jair Bolsonaro aos evangélicos](#)

[Reforma evita caos fiscal, mas sozinha não devolve crescimento sustentável](#)

[Plano de educação básica do MEC prevê 108 escolas militares até 2023](#)

[Coisas absurdas têm acontecido dado a autonomia das universidades, diz Bolsonaro](#)

[Governo Bolsonaro deveria ver sociologia como expertise a serviço da política, dizem franceses](#)

[SP pode voltar a fretar ônibus escolares se houver problemas, diz Garcia](#)

[Governo libera mais R\\$ 176 mi em emendas e efetiva cargos](#)

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[A OCDE e as universidades brasileiras](#)

[Gestão Bolsonaro promete 108 escolas cívico-militares e 4,9 mil creches no País](#)

[O que foi apresentado ainda deixa a desejar](#)

**O GLOBO - RJ**

[MEC detalha plano para o ensino básico](#)

**VALOR ECONÔMICO - SP**

[Ligar crédito estudantil à renda futura é melhor saída, dizem analistas](#)

[Sucesso do Ceará em educação inspira 8 Estados](#)

[MEC promete criar 108 escolas cívico-militares até 2023](#)

Agências de notícias e sites

**G1**

[Ouvidos Mucos - conheça os 13 denunciados pelo MPF-SC](#)

**CONESULNEWS**

[Acadêmicos da UEMS se preparam para intercâmbio no Canadá](#)

**GRUPO ORZIL**

[Estão abertas inscrições para instituições receberem assistentes de língua inglesa](#)

**VEJA - SP**

[Bolsonaro aciona MEC contra vestibular exclusivo para trans](#)

Agências de notícias e sites

**AGÊNCIA BRASIL**

[MEC quer alterar meta de investimento de 10% do PIB](#)

**AMAMBAINOTÍCIAS**

[Acadêmicos da UEMS se preparam para intercâmbio no Canadá](#)

**BAIXADA ONLINE**

[MEC quer divulgar boas práticas de professores](#)

**G1**

[Compromisso para educação básica do MEC é primeiro passo, mas ignora Plano](#)

[Nacional de Educação, dizem especialistas](#)

**ND ONLINE**

[Ouvidos Mucos - 13 denunciados viram réus, sendo 10 servidores ligados à UFSC](#)

**PORTAL VEJA**

[Bolsonaro aciona MEC contra vestibular exclusivo para trans](#)

**UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[MEC quer criar 103 escolas cívico-militares até 2023](#)

Imprensa Estadual

**A CRÍTICA - AM**

[Projeto do Fundeb será debatido](#)

**DIÁRIO DE CUIABÁ - MT**

[A tragédia da educação](#)

**DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE**

[Professor Sylvio Loreto recebe título de Professor Emérito da UFPE](#)

**JORNAL DO COMÉRCIO - RS**

[Como qualificar a Educação?](#)

Agências de notícias e sites

**ENFOQUE MS**

[Acadêmicos da UEMS se preparam para intercâmbio no Canadá](#)

**FOLHA NOBRE**

[UemaSul abre inscrições para seu primeiro Mestrado](#)

**O PRESENTE**

[MEC quer divulgar boas práticas de professores](#)

**AGÊNCIA BRASIL**

[MEC pretende implantar no país 108 escolas cívico-militares até 2023](#)

**AGÊNCIA CÂMARA**

[Comissões debatem relações entre comunidade universitária e governo federal](#)

**AGÊNCIA FOLHA**

[Plano de educação básica do MEC prevê 108 escolas militares até 2023](#)

**AGÊNCIA GLOBO**

[MEC anuncia plano de implantar 108 escolas militares até 2023 em todos os estados](#)

**AGÊNCIA VALOR**

[MEC quer criar 108 escolas cívico-militares até 2023](#)

**G1**

[MEC lança lista de compromissos para a educação básica; veja pontos](#)

**J. DO COMMERCIO - PE**

[Programa incentiva negócios inovadores](#)

**JORNAL DIA A DIA**

[Pós-graduação em Educação da UFSCar recebe inscrições em processo seletivo de mestrado e doutorado](#)

**METRÓPOLES**

[MEC quer implementar 108 escolas com gestão cívico-militar até 2023](#)

**O ANTAGONISTA**

[Weintraub critica ideia de Getúlio Vargas e repete o “menos Brasília, mais Brasil”](#)

**PORTAL ISTOÉ**

[MEC detalha planejamento para a educação básica](#)

**R7**

[MEC quer colocar 1,7 milhão de crianças na creche até fim de 2020](#)

**CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA**

**Escola cívico-militar é meta**

**Ministro apresenta carta-compromisso com objetivos para a Educação até 2022.**

**Está prevista a implementação de 108 unidades em parceria com o Corpo de Bombeiros, a PM e o Exército até 2023 - 27 a cada ano**

## PODER

O Ministério da Educação (MEC) pretende implementar 108 escolas cívico-militares no país até 2023. Segundo a pasta, o ritmo será de 27 ao ano, uma para cada unidade da Federação. A previsão orçamentária para a implementação é de R\$ 40 milhões ao ano. A captação da verba, no entanto, ainda será discutida. O anúncio foi feito ontem pelo ministro Abraham Weintraub e pelo secretário de Educação Básica, Jânio Macedo, durante o lançamento de uma carta-compromisso com objetivos para a Educação até 2022.

Macedo afirmou que as novas escolas contarão com a parceria do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, nos estados, e do Exército. Segundo ele, as unidades serão implementadas em regiões carentes e devem atender a 108 mil alunos. A meta da pasta é aumentar a média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Segundo o MEC, enquanto a média do Ideb em colégios civis é 4,94, nos militares, menos numerosos, é de 6,99. No Distrito Federal, o governador Ibaneis Rocha (MDB) definiu, nesta semana, que mais seis escolas devem passar a ter gestão cívico-militar.

Segundo a pasta, o objetivo da carta de compromisso nacional é o de impulsionar a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação para jovens e adultos e tornar o Brasil referência em educação básica na América Latina até 2030. A carta é estruturada em sete eixos: creches, ensino fundamental, novo ensino médio, educação conectada, formação de docentes, escolas cívico-militares e retorno social.

Segundo o diretor de estratégia política do Todos pela Educação, João Marcelo Borges, o documento traz avanços em relação à gestão anterior, no sentido de estar mais alinhado à educação básica no Brasil, com a expansão de creches, do plano integral e do novo ensino médio. No entanto, ressaltou que o plano precisa de aprimoramento.

### Detalhamento

“Eles apresentaram números de programas já existentes. Nas novas metas, não teve oferta de orçamento. É necessário saber qual é a capacidade de execução das obras. Faltam detalhes sobre implementação, metas físicas, de onde vai sair o dinheiro, qual parte caberá aos estados, ao MEC e aos municípios”, detalha.

Para a professora de política educacional da Universidade de Brasília (UnB) Catarina de Almeida Santos, a carta demonstra que o MEC deu foco para problemas reais. No entanto, os desafios permanecem, na viabilidade de algumas metas. “Quando coloca meta de 2030 do Brasil ser referência na América Latina. Acaba não tendo diretriz de investimento e da estratégia para alcançar essa meta. Para o sucesso do plano, precisa de um detalhamento mais concreto de como será implementado, de forma que não aumente as desigualdades educacionais”, afirmou.

Segundo Weintraub, haverá alteração da meta orçamentária do Plano Nacional de Educação. Até 2024, a lei prevê que 10% do PIB brasileiro terá de ser investido no setor. Para a semana que vem, o ministro também promete o lançamento do projeto Future-se, que visa o fortalecimento da autonomia financeira das universidades e dos institutos federais.

[topo](#)

## FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

**Uma festa literária e a vida com lida com livros**

## **A Flip é um espaço para celebrar aquilo que um dia talvez poderemos ser**

Nesta semana começa a 17ª Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), evento que vai de 10 a 14 de julho e traz, como em anos anteriores, lançamentos de obras, mesas de debate, leituras dramáticas, escritores nacionais e estrangeiros e uma programação infantil e juvenil de qualidade. Tendo ido algumas vezes a essa grande celebração da literatura, achei oportuno fazer aqui um breve relato sobre o papel do livro em minha vida.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-costin/2019/07/uma-festa-literaria-e-a-vida-com-lida-com-livros.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER**

**Da campanha ao Planalto, veja os acenos de Jair Bolsonaro aos evangélicos**  
**Presidente esteve na Marcha para Jesus e disse que quer indicar evangélico ao STF**  
São Paulo

Do lema de campanha —Brasil acima de tudo, Deus acima de todos— a possíveis indicações ao Supremo Tribunal Federal (STF), são muitos os acenos de Jair Bolsonaro (PSL) aos evangélicos.

Quando a imprensa noticiou que Mozart Neves Ramos, diretor do Instituto Ayrton Senna, assumiria o Ministério da Educação, os evangélicos se rebelaram. Mozart, que era tido como moderado entre funcionários do MEC, não era alinhado com bandeiras conservadoras, em especial o Escola sem Partido.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/da-campanha-ao-planalto-veja-os-acenos-de-jair-bolsonaro-aos-evangelicos.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO**

**Reforma evita caos fiscal, mas sozinha não devolve crescimento sustentável**  
**Abertura comercial, reforma tributária, leilões de concessão e educação exigirão esforço para consenso político**  
Brasília

Nesta semana, a Câmara dos Deputados aprovou em primeiro turno uma das mais importantes reformas econômicas que está há mais de duas décadas atrasada: a reforma da Previdência.

Qualquer que seja a análise que se faça, a aprovação dessa reforma com uma economia perto de R\$ 900 bilhões, em dez anos, e com 379 votos favoráveis ultrapassou as expectativas mais otimistas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/reforma-evita-caos-fiscal-mas-sozinha-nao-devolve-crescimento-sustentavel.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

**Plano de educação básica do MEC prevê 108 escolas militares até 2023**

**Militares da reserva deverão atuar como tutores nas novas unidades; iniciativa também envolve mais creches e acesso à internet**  
Brasília

O MEC (Ministério da Educação) pretende implementar 108 escolas militares até 2023. A ideia é que, a cada ano, haja 27 novas unidades do modelo, uma por unidade da federação.

Chamadas de escolas cívico-militares pelo MEC, o modelo prevê a atuação de equipe de militares da reserva no papel de tutores —diferente das escolas militares, que são totalmente geridas pelo Exército.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/plano-de-educacao-basica-do-mec-preve-108-escolas-militares-ate-2023.shtml>

topo ↕

**FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

**Coisas absurdas têm acontecido dado a autonomia das universidades, diz Bolsonaro**

**Em encontro com bancada evangélica, presidente diz que evita nomear reitores que tenham relação com partidos de esquerda**

Brasília

O presidente Jair Bolsonaro criticou nesta quinta-feira (11) a autonomia das universidades federais e disse que tem evitado nomear reitores que tenham relação com partidos de esquerda.

Em café da manhã com a bancada evangélica, no Palácio do Planalto, ele afirmou que "coisas absurdas" têm ocorrido nos campi universitários, que viraram, segundo ele, "terras deles".

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/coisas-absurdas-tem-acontecido-dado-a-autonomia-das-universidades-diz-bolsonaro.shtml>

topo ↕

**FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

**Governo Bolsonaro deveria ver sociologia como expertise a serviço da política, dizem franceses**

**Luc Boltanski e Arnaud Esquerre participam nesta semana do congresso em Florianópolis**

Paris

Sob ataque no governo Jair Bolsonaro (PSL), as ciências sociais são alvo de um entendimento equivocado da parte do presidente brasileiro e de outros mandatários atuais, dizem os sociólogos franceses Luc Boltanski e Arnaud Esquerre.

Para eles, que participam nesta semana do congresso da SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia), em Florianópolis, o erro está em assimilar o exercício crítico inerente a essas disciplinas como algo nocivo à práxis do poder, inconveniente à real politik.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/governo-bolsonaro-deveria-ver-sociologia-como-expertise-a-servico-da-politica-dizem-franceses.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

**SP pode voltar a fretar ônibus escolares se houver problemas, diz Garcia**

**Vice-governador de Doria diz que estado faz reorganização do transporte escolar**  
São Paulo

O governador de São Paulo em exercício, Rodrigo Garcia (DEM), afirmou nesta quinta-feira (11) que pode rever o corte de ônibus fretados para estudantes de escolas estaduais em situações em que forem constatados problemas.

Garcia, vice-governador e secretário de Governo, está substituindo João Doria (PSDB), em viagem a Londres. De acordo com ele, a gestão está fazendo uma "reorganização" do sistema de transporte escolar.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/sp-pode-voltar-a-fretar-onibus-escolares-se-houver-problemas-diz-garcia.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO**

**Governo libera mais R\$ 176 mi em emendas e efetiva cargos**

A exigência é que o governo envie um projeto de lei para liberar mais dinheiro a ministérios, como Educação, Saúde e Desenvolvimento Regional. Assim, haveria espaço no Orçamento para o pagamento das emendas prometidas a deputados que apoiarem a reforma da Previdência.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=48809&anchor=6123940&pd=09dcfe14c63b5b97f143b5cc8dab2b53>

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO**

**A OCDE e as universidades brasileiras**

O objetivo do ingresso do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é fazer o País se comprometer com a adoção das melhores práticas internacionais de políticas públicas, que possam melhorar as condições vida da população, não só na economia, mas também no meio ambiente e nas questões sociais. Na educação, o Brasil já participa do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) e em 2018 uma equipe da OCDE avaliou o sistema brasileiro de avaliação da educação superior, o Sinaes, recomendando alterações profundas, que ainda precisam ser implementadas.

Este é o momento também de avançar na modernização da educação superior brasileira, cuja última reforma data de 1968, quando havia não mais do que 100 mil estudantes nesse nível em todo o País. Naquele ano o Brasil resolveu adotar o modelo universitário norteamericano, com seus cursos de pós-graduação, departamentos, institutos de pesquisa e professores de tempo integral, que foi sobreposto às antigas faculdades profissionais organizadas no velho modelo francês ou italiano. A origem da reforma de 1968 é geralmente atribuída ao famoso acordo MEC-Usaid, mas é curioso que os

americanos só tenham recomendado que copiássemos a ponta da pirâmide da educação superior de seu país, as famosas universidades de pesquisa, e tivessem se esquecido da enorme base dos community colleges e universidades estaduais, originárias em sua maioria dos land-grant colleges, que desde o século 19 fizeram da educação superior americana uma das mais diversificadas, amplas e acessíveis do mundo. Outra hipótese, mais plausível, é que tenham sido os brasileiros a só se interessarem pela parte mais elitista do sistema.

Hoje já temos uma educação superior de massas, com 8 milhões de estudantes extremamente diversificados em instituições também muito distintas, mas continuamos aferrados a um modelo tradicional de universidade de elite. Ainda achamos que o ensino é sempre

“indissociável” da pesquisa, que todos os professores devem ter doutorado, que a educação superior deve ser gratuita e que não é possível obter um título universitário em menos de quatro ou cinco anos. A realidade, no entanto, é bem diversa: a maioria dos professores não pesquisa, três quartos dos alunos pagam suas matrículas no setor privado, quase metade dos alunos abandona os estudos antes de terminar e as faculdades não podem contratar como professores profissionais experientes que não tenham títulos acadêmicos.

Em contraste, em 1999 os países da União Europeia iniciaram um ambicioso processo de reforma da educação superior que ficou conhecido como Processo de Bologna, do qual já participam cerca de 50 nações. Um dos objetivos é fazer que a formação e os títulos universitários dos países participantes sejam equivalentes, facilitando a mobilidade internacional dos profissionais.

A nós o que mais interessa é a adoção de um sistema de cursos escalonados, semelhante ao americano e ao inglês. Nesse formato, o ingresso na educação superior se dá num primeiro nível de três anos, quando o estudante se aprofunda em algumas áreas como ciências sociais ou ciências biológicas, e adquire um título de bacharel, e existe também um amplo sistema de formação mais prática, vocacional. O segundo nível, de um ou dois anos, é o de mestrado, em que o estudante se profissionaliza em áreas como administração, engenharia, enfermagem ou comunicações (não existem “mestrados acadêmicos”). E há um terceiro nível, de doutorado, para formação avançada em pesquisa e carreiras mais complexas, como medicina e alta tecnologia. As instituições podem se especializar ou combinar os três níveis de maneira distinta, ampliando o ensino e concentrando os cursos avançados e a pesquisa de qualidade num número relativamente menor de entidades.

A mudança na estrutura dos cursos é só um dos elementos necessários para uma reforma mais ampla. A segunda é mudar o sistema de financiamento, que se deve diversificar e, na parte pública, ser feito por meio de contratos de gestão em que as instituições estabelecem suas prioridades e são financiadas conforme seus planos de trabalho e capacidade demonstrada de cumpri-los. Para isso elas precisam ter efetiva autonomia de gestão financeira e patrimonial, o que é incompatível com o atual regime de repartição pública. As instituições públicas precisam adotar práticas gerenciais típicas de empresas modernas e as privadas, para serem reconhecidas e receberem apoio, precisam demonstrar qualidade e relevância. Como no setor privado, as instituições públicas devem ter carreiras próprias para seus professores e funcionários, liberdade para

negociar salários e flexibilidade nos contratos de trabalho. Parte do financiamento pode ser feito a partir de subsídios, cobrança ou financiamento direto aos estudantes, tanto no setor público quanto privado, adotando um sistema de crédito educativo como o australiano, em que o ressarcimento é feito em função da renda futura. O atual sistema de avaliação precisar ser alterado, tornando as universidades mais responsáveis pela qualidade de seus cursos, fazendo uso de dados sobre taxas de aprovação e mercado de trabalho, e reformando profundamente o Enem.

A transição do velho sistema para o novo, em países como Portugal ou Alemanha, não foi simples e a criação de um sistema integrado de padrões e equivalência de títulos ainda está longe de ter-se completado. Mas no novo formato os países têm conseguido ampliar o acesso à educação superior, distribuí-la conforme as demandas e necessidades dos diferentes setores e investir mais e melhor em pesquisa e inovação.

Mudanças como essas são controversas, têm de ser amadurecidas, mas precisam ser encaradas. Está mais do que na hora de começarmos a buscar novos caminhos.

Está mais do que na hora de começarmos a buscar novos caminhos

\*

SOCIÓLOGO, É MEMBRO DA COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (CONAES)

topo ↕

## O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

**Gestão Bolsonaro promete 108 escolas cívico-militares e 4,9 mil creches no País Ensino. Aposta em modelo de gestão compartilhada entre militares e civis foi promessa de campanha; demais apostas retomam governos anteriores, mas especialistas cobram detalhamento. Ministro defendeu fim do uso obrigatório de 10% do PIB na educação**

BRASÍLIA

O Ministério da Educação (MEC) lançou ontem uma carta compromisso para melhorar o ensino básico do País. Com sete meses do governo Jair Bolsonaro, foi a primeira vez que a pasta apresentou um plano de ações, que inclui construir creches, recursos para a reforma do ensino médio e ampliar o total de escolas cívico-militares. Para especialistas, o anúncio de que a gestão dará continuidade a políticas iniciadas em outros governos é positivo, mas ainda falta melhor detalhamento.

Feita em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o texto traz sete eixos estruturantes. Entre as ações está a meta de criar 108 escolas cívico-militares em regiões mais carentes, promessa de campanha do presidente. A iniciativa, uma das poucas do programa com recursos definidos, custará R\$ 40 milhões anuais.

A justificativa é tentar aumentar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), uma vez que o desempenho de alunos em escolas militares é superior (6,99, ante 4,94 nas demais). As escolas militares, porém, são diferentes das cívicomilitares, porque tem a gestão sob responsabilidade das Forças Armadas.

Exceção. As ações foram definidas por demanda e sugestão dos secretários de Educação

de Estados e municípios, exceto a ampliação de escolas cívico-militares. “Não é uma demanda nossa, isso nem foi discutido com a gente porque só polemiza o debate e não vai a lugar nenhum”, diz Cecília Motta, presidente do Consed.

Escolas cívico-militares são aquelas que têm gestão compartilhada entre sociedade civil e militares. Há 203 unidades do tipo no País hoje, diz o MEC, em

23 Estados e no Distrito Federal. Seriam 27 por ano, uma por unidade da Federação. A medida deve atender cerca de 108 mil alunos.

Para Claudia Costin, diretora do Centro de Políticas Educacionais

da Fundação Getúlio Vargas (FGV), não há comprovações de que escolas desse modelo melhorem a qualidade do ensino. “Não é essa nossa urgência, não é por falta desse tipo de escola que o País não está avançando”,

afirma.

As demais ações são continuidade de políticas de governos anteriores e estavam esvaziadas, como o incentivo ao programa de escolas de tempo integral, conectividade de internet, investimento em creches, política de formação de professores e recursos para a reforma do ensino médio. Essa continuidade de políticas foi admitida pelo secretário de Educação Básica do MEC, Jânio Carlos Macedo. Para ele, a conquista de melhores indicadores nos programas será obtida a partir da replicação de experiências bem-sucedidas em algumas regiões e da realocação de recursos da pasta. “Será trabalho, trabalho.”

O governo prometeu concluir a construção de 4.981 creches até 2022. Essas unidades haviam sido previstas, originalmente, no programa ProInfância, que teve início em 2007.

O MEC disse ainda que vai reestruturar o programa Novo Mais Educação, de ampliação de horas de aula no ensino fundamental, mas sem detalhar o orçamento e o total de escolas. Há também a previsão de se investir R\$ 120 milhões até o fim do ano para conectar 6,5 mil escolas rurais em banda larga. PIB. Ministro da Educação, Abraham Weintraub defendeu a redução da meta orçamentária do Plano Nacional da Educação (PNE). Pela regra atual, 10% do PIB tem de ser investido no setor até 2024. “Ou a gente muda o PNE ou a gente aumenta o imposto, o que sou contra”, disse. O ministro afirmou ainda que recursos para a área são sempre bem-vindos, mas é preciso ter metas de desempenho. “Não é jogar mais dinheiro.”

A garantia de 10% foi uma das principais bandeiras de entidades educacionais. Sem a verba garantida, dizem especialistas, fica difícil alcançar as demais metas do plano. Para Daniel Cara, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, “como ministro, ele não pode concordar ou discordar do PNE”. “O plano é lei, acima dos governos. Inclusive é uma lei que teve voto favorável de Bolsonaro (em 2014, quando era deputado federal).” Pelos dados mais recentes do MEC, de 2015, a proporção de gasto público na área é de 6,2%.

topo ↕

**O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

## O que foi apresentado ainda deixa a desejar

Gabriel Corrêa

A lista de compromissos apresentada ontem traz alguns pontos positivos. Principalmente, por apontar para desafios reais da educação brasileira e por se descolar de pautas irrelevantes, como o Escola Sem Partido. No entanto, o que foi apresentado ainda deixa muito a desejar por ser muito genérico. Já se passaram sete meses de governo e não há ainda nenhum plano real de quais políticas vão ser implementadas em educação. Por exemplo, a lista fala da expansão de creches,

mas não diz como vai fazer. Fala em formação de professores, mas não aponta em que sentido vai atuar. A expansão das escolas cívico-militares é uma pauta irrelevante diante dos problemas que o País enfrenta. Quando o governo coloca a expansão desse tipo de escola, que vai beneficiar no máximo 100 mil alunos, quando temos milhões de alunos precisando de uma educação de mais qualidade, está alocando mal esforços, recursos. É um desvio de esforços do governo, que deveria pensar e investir em políticas que vão beneficiar a todos.

### \* GERENTE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO

topo ↕

#### O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

#### MEC detalha plano para o ensino básico

#### Governo prevê 108 escolas militares, mais creches e incentivo ao tempo integral EDUCAÇÃO

Pouco mais de seis meses após o início do atual mandato, o governo federal apresentou ontem o seu plano de investimentos para a educação básica. O Ministério da Educação (MEC) pretende implementar 108 escolas “cívico-militares”, em todos os estados, até 2023. A proposta traz ainda iniciativas voltadas à expansão do ensino em tempo integral e do ensino técnico; a possibilidade de construção de creches; e o investimento em conectividade nas escolas. O Compromisso Nacional pela Educação Básica prevê investimentos de ao menos R\$ 500 milhões já neste ano. As medidas anunciadas acenam às principais promessas de Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral. Especialistas na área afirmam que há aspectos positivos na proposta, mas criticam o fato de o governo priorizar a implementação de escolas cívico-militares em detrimento de outras questões mais urgentes, como a valorização de professores.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, voltou ontem a defender maior foco na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio. Tradicionalmente, o Brasil gasta mais com educação superior, etapa que foi alvo de recentes cortes do MEC. Além de priorizar escolas cívico-militares, Weintraub também disse que quer colocar 1,7 milhão de crianças nas creches. — A meta mais óbvia é universalizar a pré-escola, que não está universalizada, o que é um absurdo. E chegar a 50% das crianças em creches. Temos um programa bem avançado. Acredito que conseguiremos atingir isso no ano que vem — planeja o ministro.

‘URGENTES E ATRASADAS’

Para a educadora Cláudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Política da Fundação Getúlio Vargas (Ceip- FGV), propostas para a área eram urgentes

e chegam atrasadas devido a discussões “ideológicas secundárias” na pasta. Ainda assim, afirma, é positivo que o governo tenha apresentado um projeto: —É importante que o governo tenha mantido o diálogo com o Plano Nacional de Educação, como em relação à inclusão de crianças na creche; e com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — diz Cláudia Costin.

— O problemático é a proposta das escolas cívico-militares. Estamos na quarta revolução industrial, vamos competir com robôs e robotizar mais as crianças e os adolescentes. Isso pode parecer interessante no curto prazo, para conseguir disciplina na escola, mas as escolas de tempo integral em Pernambuco estão conseguindo resultados melhores sem fazer isso. Não acho que construir 108 escolas cívico-militares seja um bom uso de um dinheiro já escasso. Na opinião dela, o MEC poderia concentrar esses esforços em valorizar os docentes: — Falta dinheiro para dar um salário mais atrativo ao professor. A atratividade é muito baixa, então acabamos não trazendo talentos para profissão.

## ESCOLAS MILITARES

Investimento deve ser de R\$ 40 milhões ao ano, para construir e fortalecer unidades em todo o país

A construção de 108 escolas cívico-militares, como o governo prefere chamá-las, atingirá, segundo o Ministério da Educação, 108 mil alunos. O órgão reserva o termo “escola militar” a unidades em que não há compartilhamento da administração com civis — nas que estão sob administração do MEC, uma equipe de militares da reserva faz o papel de tutores. Os colégios das Forças Armadas não entram no orçamento do MEC, e sua eventual expansão é de responsabilidade do Ministério da Defesa. Além da construção de novas unidades, das 203 escolas já existentes, o MEC pretende fortalecer, com recursos, 112 até 2023. Segundo a pasta, serão R\$ 40 milhões anuais gastos com as escolas novas e as “fortalecidas”. O MEC afirma que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é superior nos colégios militares: 6,99, ante 4,94 dos civis.

Especialistas dizem que isso acontece devido à concentração de investimentos e à seleção de alunos. A educadora Luciene Tognetta, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral (Gepem) da Unesp, acrescenta que a implementação do modelo contraria tendência mundial: —É preciso a construção da educação para autonomia dos sujeitos e não para obediência e pelos castigos e punições. Pesquisas mostram que esse modelo é menos eficaz do que uma educação pautada pela liberdade. Contradiz inclusive a lei antibullying, que trabalha com cultura da paz, e a cultura da paz não se faz com a militarização, e sim com aprendizagem pela convivência.

## 4 MIL CRECHES ATÉ 2022

Ministro quer incluir 1,7 milhões de crianças e atingir meta do Plano Nacional de Educação

O MEC informou que o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) terá mudanças para acelerar a conclusão de obras inacabadas. Dados do ministério mostram que há 4.047 concluídas, e outras 4.981 ainda não finalizadas. A meta da pasta é dar

celeridade à conclusão de cerca de 4 mil unidades até 2022. Segundo o secretário de Educação Básica, Jânio Macedo, o primeiro passo será identificar como está a situação de cada uma: — O que a gente precisa fazer primeiro é esse diagnóstico, quanto vou precisar de recursos, essas creches estão funcionando, e por que não estão funcionando? — defendeu Macedo.

O Plano Nacional de Educação (PNE) prevê que o país chegue ao patamar de 50% das crianças de 0 a 3 anos em creche até 2024. Atualmente, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), o índice é de 34,2%. — A creche é um direito que as crianças têm, e acessá-la ajuda o desenvolvimento, sobretudo daquelas cujos pais não são escolarizados. É preciso destacar que esse não pode ser apenas um espaço onde as famílias deixam suas crianças para ir trabalhar, mas precisa ser um ambiente para educá-las e desenvolvê-las — observa a educadora Cleuza Repulho, ex-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

## ACESSO À INTERNET

Projeto pretende levar banda larga a 6.500 escolas na zona rural e 32 mil em áreas urbanas

O compromisso apresentado ontem também prevê conectar 6,5 mil escolas rurais em todos os estados por meio de banda larga via satélite. O órgão pretende investir R\$ 120 milhões até o fim do ano para promover a conectividade nessas unidades. De acordo com a pasta, isso beneficiará 1,7 milhão de alunos. Pelo plano, as escolas urbanas também serão contempladas com internet. Nesse caso, o MEC repassará R\$ 114 milhões para colocar internet em 32 mil colégios. A decisão da pasta acontece na esteira do anúncio, na semana passada, de que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) será totalmente digital até 2026. Outro ponto é o fomento de cursos à distância para os professores da educação básica que não são graduados na área em que lecionam.

Na opinião de Rodrigo Baggio, presidente da ONG Recode, que mantém 689 centros de empoderamento digital em todos os estados do país, a medida é importante, mas não pode se restringir à implantação de redes de internet. — Um dos grandes desafios da política pública de inclusão digital é ficar só no primeiro passo. No Brasil, 25% dos jovens das escolas públicas não têm acesso à internet, isso é um absurdo. A iniciativa de conectar escolas é importante desde que acompanhada de uma formação continuada dos educadores. O professor é fundamental no processo de habilidade digital, mas ele precisa ser formado — defende.

## ENSINO INTEGRAL

Carga horária deve aumentar desde o fundamental, e ensino técnico deve crescer

O governo também pretende ampliar o ensino integral em todo o país. Além da proposta de reativar o programa Novo Mais Educação e aumentar o horário de aulas no ensino fundamental, o MEC deve disponibilizar R\$ 230 milhões até o final do ano para incentivar o tempo integral no ensino médio e retomar políticas do governo anterior. A medida converge com a proposta da Reforma do Ensino Médio, sancionada em 2017. Atualmente, os estudantes dessa etapa têm 800 horas por ano. A meta é progredir na

expansão da carga até chegar a 1.400 horas anuais. A proposta da atual gestão é chegar a “1.200 horas por ano para o estudante atuar nos itinerários formativos”. A ideia é fazer um projeto piloto com 3,5 mil escolas até 2020, chegando, no futuro, a 17 mil escolas. Nesse contexto, está nos planos do MEC aumentar a taxa de alunos no ensino técnico para 30%.

A modalidade atende, hoje, a apenas 8% dos alunos do ensino médio. As disciplinas obrigatórias continuarão sendo dadas seguindo as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, mas, no contraturno, o aluno poderá frequentar as áreas de interesse. — O desafio é grande, porque tanto o ensino técnico quando a educação em tempo integral demandam infraestrutura e tecnologia para desenvolver as competências adequadas. Esse salto tem que vir acompanhado de investimento, inclusive para qualificação de professores — pondera Mônica Gardelli Franco, superintendente do Cenpec Educação.

topo ↕

## **VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL**

### **Ligar crédito estudantil à renda futura é melhor saída, dizem analistas**

Condicionar empréstimos para a formação universitária à renda futura do estudante é uma maneira de ampliar o acesso ao ensino minimizando riscos de desequilíbrios das contas públicas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6341945/ligar-credito-estudantil-renda-futura-e-melhor-saida-dizem-analistas>

topo ↕

## **VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL**

### **Sucesso do Ceará em educação inspira 8 Estados**

Ao menos oito Estados caminham para atrelar parte dos repasses de ICMS a municípios a métricas de desempenho escolar, seguindo o modelo bem-sucedido do Ceará. A maioria vai aproveitar o incentivo financeiro para aproximar Estados e municípios na formulação e execução de políticas educacionais.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6341947/sucesso-do-ceara-em-educacao-inspira-8-estados>

topo ↕

## **VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL**

### **MEC promete criar 108 escolas cívico-militares até 2023**

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem que vai criar 27 escolas cívico-militares por ano - uma em cada unidade de federação - até o ano de 2023, totalizando 108 instituições. A medida, segundo a pasta, vai atender aproximadamente 108 mil estudantes neste período.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6341949/mec-promete-criar-108-escolas-civico-militares-ate-2023>

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

### **Ouvidos Mucos - conheça os 13 denunciados pelo MPF-SC**

**Esquema envolve desvio de dinheiro público destinado a cursos de educação à distância da UFSC. Justiça analisa caso para decidir se aceita denúncia.**

A 1ª Vara Federal de Florianópolis retirou o sigilo da investigação referente à Operação Ouvidos Moucos. Com isso, tornou-se pública a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) sobre o caso. Foram 13 denunciados por crimes como peculato, concussão, que é exigir valor indevido em razão do cargo, e organização criminosa.

A investigação apurou desvios de dinheiro público destinado a cursos de Educação à Distância (EaD) da Universidade Aberta do Brasil (UAB) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Os denunciados são:

Roberto Moritz da Nova: auxiliar administrativo, área financeira do LabGestão.

Denunciado por peculato, concussão, violação de sigilo funcional, inserir dados falsos em sistema de informações, organização criminosa e ocultar valores provenientes de uma infração;

Marilda Todescat: professora universitária. Foi coordenadora do Curso de EaD de Administração da UFSC. Denunciada por peculato e organização criminosa;

Mikhail Vieira de Lorenzi Cancellier: professor universitário. Denunciado por peculato.

Leandro Silva Coelho: analista de suporte. Denunciado por peculato e ocultar valores provenientes de uma infração;

Maurício Fernandes Pereira: servidor público federal. Foi diretor-presidente da Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (Feesc). Denunciado por peculato, organização criminosa e ocultar valores provenientes de uma infração;

Gilberto de Oliveira Moritz: coordenador do Laboratório de Produção de Recursos Didáticos para Formação de Gestores (LabGestão). Denunciado por peculato, concussão, organização criminosa e ocultar valores provenientes de uma infração;

Marcos Baptista Lopez Dalmau: foi coordenador do curso de administração à distância e secretário de ensino à distância. Denunciado por peculato, organização criminosa e ocultar valores provenientes de uma infração;

Denise Aparecida Bunn: designer instrucional. Trabalhou no LabGestão. Denunciada por peculato, organização criminosa e ocultar valores provenientes de uma infração;

Gabriela Gonçalves Silveira Fiates: servidora pública federal. Denunciada por peculato;

Eduardo Lobo: servidor público federal. Foi subchefe do Departamento de Ciências de Administração. Denunciado por peculato, organização criminosa e ocultar valores provenientes de uma infração;

Andre Luis da Silva Leite: servidor público federal. Denunciado por peculato;

Rogério da Silva Nunes: ex-coordenador do curso do Departamento de Ciências da Administração e ex-coordenador da UAB, de 01/06/2016 a 28/03/2017. Denunciado por peculato, concussão, violação de sigilo funcional, inserir dados falsos em sistema de informações, organização criminosa e ocultar valores provenientes de uma infração;

Alexandre Marinho da Costa: professor universitário. Foi presidente da Fundação de Estudos e Pesquisa Sócio Econômica (Fepese). Denunciado por peculato, violação de sigilo funcional, inserção de dados falsos em sistema de informações, organização criminosa e ocultar valores provenientes de uma infração.

Denúncia

Conforme a denúncia, entre 2008 e 2017 Gilberto Moritz, Marcos Dalmau, Maurício Pereira, Alexandre Costa, Rogério Nunes, Eduardo Lobo, Marilda Todescat, Roberto Moritz e Denise Bunn se aproveitaram dos cargos que tinham na UFSC e fundações de apoio para desviar recursos do Sistema EaD/UAB.

Os recursos federais eram repassados pela **Capes** à UFSC. Essa verba era administrada pelas fundações de apoio. Era importante para o grupo que os cargos mais altos relacionados à gerência dos recursos federais permanecessem com integrantes da quadrilha.

O grupo é acusado de desviar, entre 2012 e 2017, R\$ 3.197.310 milhões recebidos da **Capes** (**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**). Esse dinheiro teria sido repartido entre os acusados ou destinados a terceiros sob forma de bolsas, sendo muitas por prestação de serviços fictícios ou desviadas para outras finalidades não autorizadas por lei, afirma a MPF-SC.

A denúncia diz que entre janeiro de 2012 a junho de 2017, a **Capes** pagou 23.279 bolsas a 1,5 mil bolsistas para atuarem como coordenadores, professores e tutores de cursos EaD/UAB, totalizando R\$ 22.054.845. Entretanto, foram constatadas irregularidades em 2.985, concedidas a 298 pessoas, somando R\$ 3.197.310. A constatação é do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os nove também são acusados de terem desviado, entre 2012 e 2017, R\$ 1.111.911,07 milhões da **Capes** para fazer pagamento de bolsas ilegais a "grande número de pessoas". Foram concedidas irregularmente 1.183 bolsas.

Além disso, eles são denunciados pelo desvio de R\$ 140.671 mil da **Capes** com pagamentos ilícitos por meio da acumulação indevida de bolsas. Isso ocorreu também entre 2012 e 2017.

Gilberto Moritz, Marcos Dalmau, Maurício Pereira, Alexandre Costa, Rogério Nunes, Eduardo Lobo, Roberto Moritz e Denise Bunn também teriam feito pagamento de bolsas superiores ao limite estabelecido e concedido bolsas ao próprio grupo sem contraprestação, também entre 2012 e 2017.

Roberto Moritz, Rogério Nunes e Gilberto Moritz são acusados ainda de, durante o ano de 2015, terem exigido de "diversos professores" a devolução de parte das bolsas das quais eles teriam direito.

Entre 2012 e 2017, Gilberto Moritz, Marcos Dalmau, Rogério Nunes e Denise Bunn desviaram em proveito próprio valores recebidos da **Capes**, fazendo pagamentos ilegais a contratos de trabalho com jornadas fictícias.

Nesse mesmo período, Gilberto Moritz, Marcos Dalmau, Maurício Fernandes, Alexandre Costa, Rogério Nunes, Eduardo Lobo, Marilda Todescat, Roberto da Nova e Denise Bunn desviaram valores da **Capes** para pagamentos simulados de compras e prestação de serviços.

Além disso, Gilberto Moritz, com a contribuição de André Leite, Eduardo Lobo e Gabriela Fiates, desviaram R\$ 15.600 mil referentes ao pagamento de 12 bolsas de projeto do curso de administração para uma empresa para a compra de 12 computadores para o setor de Tutoria do Curso de EaD em 2013.

Entre 2009 e 2017, Rogério Nunes, Alexandre Costa e Roberto da Nova colocaram

dados falsos no sistema de gerenciamento de bolsas para obterem vantagens indevidas para o grupo criminoso e terceiros. Para isso, foram fornecidas as senhas de Nunes e Costa para Roberto da Nova.

Leandro Coelho era companheiro de Denise Bunn. Conversas entre o casal via aplicativo de mensagens evidenciam a gratificação irregular recebida por ela. Para ocultar esse valor, ela usou o nome do companheiro para simular uma prestação de serviço e pagamento. Ele emprestou a própria conta pessoal para receber pelo serviço nunca feito.

Mikhail Lorenzi Cancellier recebeu dinheiro de Gilberto Moritz referentes a projetos coordenados pelo próprio Moritz e pelo ex-reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo. Conforme a denúncia, o ex-reitor passava a verba para Moritz através de uma fundação. O dinheiro seria para bolsas por prestação de serviço. Dias após receber a quantia, Moritz passava o montante para Mikhail Cancellier, filho do ex-reitor, para beneficiar a família. Mikhail recebeu nesse esquema R\$ 7.102 mil.

Outro lado

O advogado Adriano Tavares, que defende Marcos Dalmau, afirmou que respeita o MPF, mas entende que a denúncia não se sustenta porque não demonstra nenhuma conduta criminosa e é muito diferente das apurações feitas pelos órgãos de controle. A defesa espera esclarecer os fatos e a inocência do cliente.

Maurício Fernandes Pereira, atualmente secretário municipal de Educação de Florianópolis, disse que não tem dúvida dos atos que praticou, que acredita na justiça e que se manifestará nos autos.

O advogado Marlom Formigheri, que representa Eduardo Lobo, André Luis da Silva Leite, Denise Aparecida Bunn e Leandro Silva Coelho, afirmou que só vai se manifestar no processo.

A defesa de Mikhail de Lorenzi Cancellier, representada pelo advogado Edward Carvalho, informou que a inocência do seu cliente já havia sido provada no inquérito e vai ser provada novamente no processo.

A defesa de Roberto da Nova, feita por Salum Pinto da Luz Advogados Associados, informou que Roberto se declara inocente e que a defesa se manifesta somente no processo.

Alexandro Marinho da Costa afirmou que reconhece a autoridade do Ministério Público, mas que não concorda com a denúncia. "Vou esclarecer os fatos e provar minha inocência no decorrer do processo", disse.

O advogado de Rogério Nunes optou por não se manifestar por nota ou telefone.

O G1 tenta contato com as defesas de Gilberto Moritz, Marilda Todescat e Gabriela Fiates.

Ouvidos Moucos

A Polícia Federal deflagrou a operação em setembro de 2017 para investigar supostas irregularidades em cursos de ensino à distância da UFSC. Sete pessoas foram presas, entre elas Luiz Carlos Cancellier de Olivo, que na época era reitor da UFSC. Ele teria ignorado as denúncias sobre ilegalidades na universidade e tentado atrapalhar as investigações, feitas pela Corregedoria da instituição.

Cancellier e os outros presos foram soltos no dia seguinte, mas ele ficou proibido de entrar na universidade. Dezoito dias depois, o reitor cometeu suicídio ao se jogar do 5º andar de um shopping de Florianópolis.

Cancellier

O inquérito da PF não aponta que o então reitor teria se beneficiado do suposto esquema, mas afirma que ele "articulou-se juntamente com os investigados para parar a ação da corregedoria..." e que fazia "(...) investigações internas sobre irregularidades na gestão de recursos do EAD".

A polícia diz ainda que Cancellier "nomeou e manteve em posição de destaque no âmbito do Ensino à Distância o grupo de professores que manteve a política de desvios e direcionamento nos pagamentos das bolsas do EAD e outras fraudes...." e que, portanto, sustentava e respaldava os investigados. O advogado Hélio Brasil, que representava o reitor, contesta todas as acusações.

topo ↕

## CONESULNEWS - TEMPO REAL

### Acadêmicos da UEMS se preparam para intercâmbio no Canadá

Três acadêmicos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) embarcam, no segundo semestre, rumo às terras geladas do Canadá. Arthur José Medeiros e Lucas Grechi Leme, do Curso de Ciências da Computação da UEMS, Unidade de Dourados, e Tatiane Aparecida Curim Faria, que está no terceiro ano do Doutorado em Agronomia, na UEMS de Aquidauana. Eles foram selecionados pelo Emerging Leaders in the Americas Program (ELAP), programa do governo canadense que concede bolsas para mobilidade acadêmica no Canadá a estudantes da América Latina.

O ELAP é destinado a estudantes de graduação, mestrado e doutorado. O programa de mobilidade acadêmica no Canadá funciona como uma graduação ou pós-graduação conhecida como "sanduíche": o estudante passa de 4 a 6 meses no Canadá e retorna para terminar seus estudos no Brasil. As inscrições foram em março desse ano e o resultado saiu em junho, quem ajudou no processo de candidatura dos três acadêmicos foi a Arelin – Assessoria de Relações Internacionais.

A técnica administrativa Maria Eugênia Petenuci atua na Arelin e auxilia os acadêmicos nesse processo do intercâmbio. "A Arelin tem esse papel, que é dar apoio aos processos e programas de intercâmbios internacionais e nacionais. O aluno interessado conduz todo o processo de inscrição e nós assessoramos com a documentação exigida e, principalmente, conduzindo a intermediação com a Universidade escolhida para realização de um convênio ou termo de cooperação. O êxito desses alunos nos deixa muito contentes e com certeza, essa experiência será muito importante e enriquecedora para os alunos e também para a UEMS, que se firma internacionalmente tendo alunos novamente selecionados pelo ELAP", explica Maria Eugênia.

De malas prontas!

O acadêmico do terceiro ano de Ciências da Computação, Arthur José Medeiros, já teve experiências anteriores morando fora do país e se diz tranquilo, acredita que o frio na barriga só vá aparecer momentos antes do embarque. Mesmo sem o nervosismo pré viagem, ele sabe que passará por uma experiência única, “É uma oportunidade que eu não podia deixar passar, é um intercâmbio no Canadá. O que esse período lá agrega no meu currículo não tem valor”.

O acadêmico, Lucas Grechi Leme, está no quarto ano de Ciência da Computação e conta que também estava em busca de alguma oportunidade que pudesse agregar o currículo. “ O intercâmbio com certeza trará experiências e contatos, acho que é o que você consegue numa viagem dessa. Acho que será um diferencial”, conta o acadêmico.

A data da viagem ainda não está marcada, mas o destino já está certo, os dois vão para a Brandon University que fica na cidade de Brandon na província de Manitoba. Durante o período do intercâmbio eles irão desenvolver pesquisas científicas.

Quem também está se preparando para passar alguns meses no Canadá é a acadêmica do terceiro ano do Doutorado do Programa de Pós-graduação em Agronomia da UEMS/Aquidauana, Tatiane Aparecida Curim Faria. Ela irá pelo ELAP para a University of Guelph, localizada na cidade de Guelph (província de Ontário).

Não é a primeira vez que Tatiane irá passar um período fora do Brasil, entre dezembro de 2018 a maio de 2019, ela fez um doutorado sanduíche pela **Capes** também na University of Guelph.

“ Durante meu intercâmbio anterior soubemos da bolsa ELAP e vimos a oportunidade de dar continuidade a pesquisa. Estou feliz e ansiosa para retornar ao Canadá (apesar da inevitável saudade da família e amigos que ficam no Brasil). No meu primeiro intercâmbio tive uma experiência positiva e conheci pessoas que me acolheram e incentivaram vivenciar a cultura canadense e o clima congelante”, relata Tatiane.

A viagem ainda está sem data marcada, mas provavelmente será no início de setembro. Na UEMS em Aquidauana, a acadêmica tem orientação do professor Dr. Jolimar Schiavo e na Universidade canadense a supervisão do professor Dr. Richard Heck, no Laboratório de Imagem do Solo.

“ Nossa pesquisa é na área de solos, buscamos entender a gênese dos solos através de imagens 2D (micromorfologia do solo) e 3D (tomografia do solo). Através do intercâmbio vejo uma oportunidade de agregar qualidade ao estudo desenvolvido e assim a produção de artigos científicos em periódicos de alto fator de impacto. Além da grande oportunidade de parceria entre as universidades (University of Guelph e UEMS), também incentivando outros estudantes a participarem de intercâmbio e acreditarem que é possível desenvolver nossa pesquisa, não ficando apenas no papel”, finaliza.

Da UEMS para o Mundo

O Gustavo Moura é ex-aluno da UEMS, fez o Mestrado em Letras – estudos em linguagens na unidade de Campo Grande. Em 2016, ele foi para o intercâmbio no

Canadá através do ELAP durante o período do mestrado. A pesquisa desenvolvida por ele foi em torno do desenvolvimento docente de professores de língua inglesa em contexto internacional.

“ O intercâmbio abre horizontes e possibilidades. Te ajuda a enxergar que culturas se comportam e transformam diferentes umas das outras. Acho que o intercâmbio te abre os olhos para tentar entender um pouco mais do papel das pessoas e dos lugares na sua vida e como tudo te ajuda a ser mais empático com a sociedade e lutar por algo melhor também”, relata Moura.

Depois da experiência no mestrado, Gustavo voltou para o Doutorado na Universidade de Manitoba no Canadá, “ O intercâmbio te dá a chance de conhecer outras pessoas no seu campo de atuação e estabelecer contatos. Ajuda na sua capacitação profissional e te abre portas, e foi assim que voltei para o doutorado”, finaliza.

topo ↕

## **GRUPO ORZIL - TEMPO REAL**

**Estão abertas inscrições para instituições receberem assistentes de língua inglesa**  
A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** vai selecionar projetos de instituições de educação superior brasileiras interessadas em receber assistentes de ensino ou pesquisa em língua inglesa. As propostas podem ser encaminhadas até às 17 horas do dia 16 de agosto, no site da **Capes**.

O objetivo é contribuir para o aprimoramento dos cursos de bacharelado ou licenciatura em Letras, com habilitação em inglês. Os resultados serão divulgados até 30 de outubro de 2019.

Serão contemplados 40 projetos institucionais com vigência de três anos. Anualmente, até 2022, a **Capes** destinará até R\$ 5,6 milhões ao programa. O valor máximo concedido a cada projeto será de R\$ 142,3 mil.

A iniciativa é do Programa English Teaching Assistant (ETA), uma parceria entre a **Capes** e o Fulbright, um dos mais tradicionais programas de intercâmbio educacional do governo dos EUA.

Os bolsistas serão selecionados pela Comissão Fulbright nos Estados Unidos e terão como benefícios previstos mensalidade, passagens e seguro-saúde. Os interessados em concorrer devem atender aos seguintes requisitos:

ser falante nativo;  
cidadão estadunidense;  
recém-graduado com experiência em ambiente educacional e em ensino em sala de aula;  
ter proficiência oral e escrita em língua neolatina e algum conhecimento de língua portuguesa;  
ter disponibilidade para ficar no Brasil de fevereiro a novembro no respectivo ano de concessão de bolsa.

Assessoria de comunicação social, com informações da **Capes**

topo ↕

## **VEJA - SP - TEMPO REAL**

**Bolsonaro aciona MEC contra vestibular exclusivo para trans**

## **Presidente cobrou providências do ministro ao ser informado sobre processo em curso na Unilab**

Ao descobrir nesta manhã, pela imprensa, que a Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) lançou um vestibular voltado para pessoas transgêneras e intersexuais, Jair Bolsonaro mandou acionar o ministro da Educação, Abraham Weintraub, para apurar o caso e tomar as devidas providências.

Trata-se do primeiro processo seletivo na graduação específico para transexuais. Outras universidades já haviam estabelecido cotas para esse público, mas dentro de seus processos seletivos habituais. O tema deve ser a nova cruzada de Bolsonaro na área de costumes. O presidente não perde oportunidades de demonstrar sua contrariedade ao tema.

## **AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL**

### **MEC quer alterar meta de investimento de 10% do PIB**

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou hoje (11), que irá buscar o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE), mas que pretende reduzir a meta de investir, até 2024, pelo menos o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) por ano em educação pública.

Subir o que é gasto significa que a gente vai aumentar os impostos do Brasil em 10%. Isso a gente muda no PNE, já falou, já fez a solicitação, ou vai caminhar para isso que eu sou contra, aumentar imposto”, defendeu. “[O PNE] tem que ser respeitado. Mas o dinheiro pagador também tem que ser respeitado”, acrescentou.

O PNE, sancionado por lei em 2014, estabelece metas e estratégias para melhorar a educação desde o ensino infantil até a pós-graduação e deve ser integralmente cumprido até 2024. “A gente vai tentar atender as metas, respeitando o plano”, disse Weintraub. Ele destacou a meta de universalizar a pré-escola e de garantir que 50% das crianças de até 3 anos estejam matriculadas em creches.

De acordo com o relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (PNE), divulgado no ano passado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o investimento público em educação caiu do equivalente a 6% do Produto Interno Bruto (PIB), soma das riquezas produzidas pelo país, em 2014 para 5,5% do PIB em 2015 - últimos dados disponíveis. Considerando apenas os gastos com educação pública, esse investimento foi equivalente a 5% do PIB.

A meta estipulada pelo PNE é o investimento anual equivalente a pelo menos 10% do PIB em educação pública a partir de 2024. O plano estabelece ainda a meta intermediária de investimento de 7% do PIB em 2019. De acordo com o relatório, para a meta de 2019 ser atingida, será necessário o incremento de aproximadamente R\$ 120 bilhões nos recursos para educação pública.

“Com maior eficiência do gasto, não há a necessidade de ampliar para 10% do PIB”, defendeu também o secretário de Educação Básica do MEC, Jânio Carlos Endo Macedo. Para alterar a porcentagem de investimento prevista na lei é necessário um novo projeto de lei, que deve ser aprovado pelo Congresso Nacional. A pasta não detalhou como fará essa mudança.

## Fundeb

O MEC apresentou o Compromisso Nacional pela Educação Básica, documento apresentado hoje (11), que reúne ações que estão sendo planejadas pela pasta para serem implementadas até o final deste mandato, desde a creche até o ensino médio.

Weintraub ressaltou que os recursos disponíveis são finitos e que é necessário fazer escolhas. Ele defendeu a ampliação de recursos para a educação básica por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

“Vamos aumentar recurso e vamos mandar para quem está necessitando. Os municípios mais pobres. Então, é reformular o Fundeb, colocar mais recurso para educação básica e fundamental e redirecionar para quem mais precisa”, disse, mas ressaltou que é necessário cobrar desempenho. “Acabar com isso de mandar dinheiro a fundo perdido, o dinheiro é do pagador de imposto, tem que ter respeito.”

O Fundeb é atualmente uma das principais fontes de financiamento para as escolas de todo o país. Corresponde a aproximadamente 63% dos recursos para financiamento da educação básica pública no Brasil, de acordo com o MEC.

O fundo, no entanto, ficará vigente apenas até 2020. O Congresso Nacional discute propostas para tornar o Fundeb permanente.

No mês passado, o MEC apresentou a proposta do governo para o Fundeb. A pasta propõe aumentar a contribuição da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para 15% em seis anos. Atualmente, a União contribui com 10%.

[topo](#)

## AMAMBAINOTICIAS - TEMPO REAL

### Acadêmicos da UEMS se preparam para intercâmbio no Canadá

Três acadêmicos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) embarcam, no segundo semestre, rumo às terras geladas do Canadá. Arthur José Medeiros e Lucas Grechi Leme, do Curso de Ciências da Computação da UEMS, Unidade de Dourados, e Tatiane Aparecida Curim Faria, que está no terceiro ano do Doutorado em Agronomia, na UEMS de Aquidauana. Eles foram selecionados pelo Emerging Leaders in the Americas Program (ELAP), programa do governo canadense que concede bolsas para mobilidade acadêmica no Canadá a estudantes da América Latina.

O ELAP é destinado a estudantes de graduação, mestrado e doutorado. O programa de mobilidade acadêmica no Canadá funciona como uma graduação ou pós-graduação conhecida como "sanduíche": o estudante passa de 4 a 6 meses no Canadá e retorna para terminar seus estudos no Brasil. As inscrições foram em março desse ano e o resultado saiu em junho, quem ajudou no processo de candidatura dos três acadêmicos foi a Arelin – Assessoria de Relações Internacionais.

A técnica administrativa Maria Eugênia Petenuci atua na Arelin e auxilia os acadêmicos nesse processo do intercâmbio. "A Arelin tem esse papel, que é dar apoio aos processos e programas de intercâmbios internacionais e nacionais. O aluno interessado conduz todo o processo de inscrição e nós assessoramos com a documentação exigida e, principalmente, conduzindo a intermediação com a Universidade escolhida para

realização de um convênio ou termo de cooperação. O êxito desses alunos nos deixa muito contentes e com certeza, essa experiência será muito importante e enriquecedora para os alunos e também para a UEMS, que se firma internacionalmente tendo alunos novamente selecionados pelo ELAP", explica Maria Eugênia.

De malas prontas!

O acadêmico do terceiro ano de Ciências da Computação, Arthur José Medeiros, já teve experiências anteriores morando fora do país e se diz tranquilo, acredita que o frio na barriga só vá aparecer momentos antes do embarque. Mesmo sem o nervosismo pré viagem, ele sabe que passará por uma experiência única, "É uma oportunidade que eu não podia deixar passar, é um intercâmbio no Canadá. O que esse período lá agrega no meu currículo não tem valor".

O acadêmico, Lucas Grechi Leme, está no quarto ano de Ciência da Computação e conta que também estava em busca de alguma oportunidade que pudesse agregar o currículo. " O intercâmbio com certeza trará experiências e contatos, acho que é o que você consegue numa viagem dessa. Acho que será um diferencial", conta o acadêmico.

A data da viagem ainda não está marcada, mas o destino já está certo, os dois vão para a Brandon University que fica na cidade de Brandon na província de Manitoba. Durante o período do intercâmbio eles irão desenvolver pesquisas científicas.

Quem também está se preparando para passar alguns meses no Canadá é a acadêmica do terceiro ano do Doutorado do Programa de Pós-graduação em Agronomia da UEMS/Aquidauana, Tatiane Aparecida Curim Faria. Ela irá pelo ELAP para a University of Guelph, localizada na cidade de Guelph (província de Ontário).

Não é a primeira vez que Tatiane irá passar um período fora do Brasil, entre dezembro de 2018 a maio de 2019, ela fez um doutorado sanduíche pela **Capes** também na University of Guelph.

" Durante meu intercâmbio anterior soubemos da bolsa ELAP e vimos a oportunidade de dar continuidade a pesquisa. Estou feliz e ansiosa para retornar ao Canadá (apesar da inevitável saudade da família e amigos que ficam no Brasil). No meu primeiro intercâmbio tive uma experiência positiva e conheci pessoas que me acolheram e incentivaram vivenciar a cultura canadense e o clima congelante", relata Tatiane.

A viagem ainda está sem data marcada, mas provavelmente será no início de setembro. Na UEMS em Aquidauana, a acadêmica tem orientação do professor Dr. Jolimar Schiavo e na Universidade canadense a supervisão do professor Dr. Richard Heck, no Laboratório de Imagem do Solo.

" Nossa pesquisa é na área de solos, buscamos entender a gênese dos solos através de imagens 2D (micromorfologia do solo) e 3D (tomografia do solo). Através do intercâmbio vejo uma oportunidade de agregar qualidade ao estudo desenvolvido e assim a produção de artigos científicos em periódicos de alto fator de impacto. Além da grande oportunidade de parceria entre as universidades (University of Guelph e UEMS), também incentivando outros estudantes a participarem de intercâmbio e acreditarem que

é possível desenvolver nossa pesquisa, não ficando apenas no papel", finaliza.

Da UEMS para o Mundo

O Gustavo Moura é ex-aluno da UEMS, fez o Mestrado em Letras – estudos em linguagens na unidade de Campo Grande. Em 2016, ele foi para o intercâmbio no Canadá através do ELAP durante o período do mestrado. A pesquisa desenvolvida por ele foi em torno do desenvolvimento docente de professores de língua inglesa em contexto internacional.

" O intercâmbio abre horizontes e possibilidades. Te ajuda a enxergar que culturas se comportam e transformam diferentes umas das outras. Acho que o intercâmbio te abre os olhos para tentar entender um pouco mais do papel das pessoas e dos lugares na sua vida e como tudo te ajuda a ser mais empático com a sociedade e lutar por algo melhor também", relata Moura.

Depois da experiência no mestrado, Gustavo voltou para o Doutorado na Universidade de Manitoba no Canadá, " O intercâmbio te dá a chance de conhecer outras pessoas no seu campo de atuação e estabelecer contatos. Ajuda na sua capacitação profissional e te abre portas, e foi assim que voltei para o doutorado", finaliza.

topo ↕

## **BAIXADA ONLINE - TEMPO REAL**

### **MEC quer divulgar boas práticas de professores**

O Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as boas práticas com os demais docentes o país. A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes.

De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano.

Segundo Mariana, Para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes. "Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não", disse Mariana, que participou hoje (9) de debate sobre a formação dos professores no Brasil, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Os debatedores destacaram a formação dos docentes como fator central para que melhorar a qualidade da educação no Brasil. Atualmente, lecionar em escolas públicas é pouco atraente, e apenas 2,4% dos estudantes querem seguir essa carreira, revela a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, os professores ganham menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. De acordo com relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas

públicas ganham, em média, 74,8% do que ganham profissionais assalariados de outras áreas.

## Atratividade

De acordo com Mariana, o MEC pretende mudar esse cenário e, para isso, está realizando uma série de estudos. O cronograma para implementação de políticas públicas se estende até 2023. “Estamos finalizando o planejamento estratégico da Secretaria de Educação Básica. Estamos finalizando esta semana. Uma das ações pretendidas é apresentar o documento aqui na comissão, se não esta semana, até o final de julho.”

Outra ação prevista é a oferta de bolsas de estudos para futuros professores. “Vamos pensar em novas bolsas. Vamos, junto com a **Capes**[**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**] e com agentes da educação, pensar em novas propostas”. A intenção é que uma proposta seja apresentada até o começo do ano que vem. A pasta pretende seguir com as bolsas atuais ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e pelo Programa de Residência Pedagógica.

## Base de Formação Docente

O MEC pretende concluir também até novembro deste ano a revisão do texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do então presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em fevereiro deste ano, o MEC pediu o texto de volta para “ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base”, conforme informou na época.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. O texto apresentado no ano passado estabelece, entre outras questões, que a formação do professor seja mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com Mariana, a primeira reunião na secretaria foi realizada hoje, e ainda não há conclusões sobre o que deve ser alterado na proposta.

## Participação

O deputado Professor Israel Batista (PV-DF) criticou a demora do MEC para apresentar políticas efetivas e disse que apresentará um relatório sobre formação de professores, além de propor soluções. “No segundo semestre, a Comissão de Educação e a Frente Parlamentar Mista da Educação devem assumir o protagonismo. Vamos apresentar um conjunto de propostas de solução”, adiantou o deputado.

Professores e especialistas presentes à audiência defenderam mais participação da sociedade civil na elaboração dessas políticas, que, segundo Mariana, envolvem representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União

Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), ou seja, governos estaduais e municipais.

Participaram do debate representantes da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), entre outras instituições.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

### **Compromisso para educação básica do MEC é primeiro passo, mas ignora Plano Nacional de Educação, dizem especialistas**

#### **Documento também não inclui objetivos para melhorar a alfabetização no país.**

A "carta-compromisso" com foco na educação básica, divulgada nesta quinta-feira (11) pelo Ministério da Educação, é um "primeiro passo" para concretizar os objetivos do governo Jair Bolsonaro na área, mas deixa de lado o Plano Nacional de Educação (PNE) – a lei que determina objetivos de políticas públicas da União, estados e municípios até 2024 e está com 80% das metas estagnadas –, e não inclui objetivos para melhorar a alfabetização no país.

Além disso, o documento cita as escolas cívico-militares, o que é considerado um "erro técnico" que rouba o foco de políticas que seriam mais efetivas, como as escolas em tempo integral.

O texto, apresentado pelo ministro Abraham Weintraub, foi chamado de "Compromisso Nacional pela Educação Básica", e deverá ser usado como um plano estratégico para as políticas da pasta. A educação básica inclui o ensino infantil, fundamental, médio, profissional e educação de jovens e adultos (EJA).

O documento apresenta objetivos como a construção de 4,9 mil creches até 2022, ampliação da carga horária de escolas públicas para diminuir a evasão escolar, acesso à internet em escolas rurais, a implantação de 108 colégios cívico-militares e formação de professores da educação básica por meio de ensino a distância.

MEC lança lista de compromissos para a educação básica; veja pontos

"O lado bom é que finalmente o MEC conseguiu se movimentar em direção à educação básica de forma concreta. Até então, os anúncios eram muito genéricos. O fato de ter agora alguns compromissos é um primeiro passo", diz Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos pela Educação.

Foco em escolas militares e ausência da alfabetização

Para Priscila Cruz, do Todos pela Educação, há dois pontos de atenção na carta-compromisso: a criação de 108 escolas cívico-militares e a ausência de objetivos para a alfabetização.

Para ela, a criação das escolas cívico-militares se baseia em um "erro técnico" porque compara resultados de colégios militares (com seleção de ingresso de alunos, estudo em tempo integral e melhor infra-estrutura) com os das escolas regulares. "O foco deveria ser as escolas de educação integral, e não os colégios cívico-militares", afirma.

Já a alfabetização deveria estar entre as metas da gestão porque o país não está

apresentando resultados satisfatórios nesta área.

"Ter um plano para a educação básica que não cita a alfabetização é preocupante", diz Cruz.

Segundo os dados mais recentes da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), divulgados em 2016, 55% dos alunos de 8 anos que estão no final do 3º ano do ensino fundamental nas escolas públicas brasileiras tem conhecimento insuficiente em matemática e leitura. Isso significa que mais da metade dos estudantes têm dificuldade de reconhecer figuras geométricas, valor monetário de uma cédula e contar objetos, por exemplo, ou apresenta dificuldade para ler palavras com mais de uma sílaba e para identificar o assunto de um texto mesmo estando no título.

Para Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a principal crítica ao "Compromisso Nacional pela Educação Básica" está na ausência de objetivos para cumprir o Plano Nacional de Educação (PNE).

O PNE foi aprovado em lei em 2014 após três anos de debate no Congresso Nacional. Ele estabelece um conjunto de 20 metas e submetas para serem cumpridas entre 2015 e 2024. Passado parte do prazo para atingir estes objetivos, 80% destas metas ainda estão estagnadas.

A gestão de governo entre os anos de 2019 a 2022 é a que terá mais responsabilidades no cumprimento do plano, devido aos prazos estabelecidos em lei. Por isso, a ausência do PNE é criticada por Cara.

"Esse compromisso é uma tentativa de adaptar o MEC e a educação ao governo Bolsonaro. Isso é natural, mas ignora na prática o Plano Nacional de Educação. A desculpa [para a ausência] é a falta de recursos, mas o que falta mesmo é vontade política e o respeito a uma lei aprovada por unanimidade e que contou, inclusive, com o voto de Bolsonaro", avalia Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A ausência do PNE na carta-compromisso foi apontada pelo ministro Abraham Weintraub durante a apresentação do documento nesta quinta, em Brasília.

Weintraub citou a alteração da meta orçamentária do Plano Nacional de Educação que, até 2024, prevê que 10% do PIB brasileiro terá de ser investido no setor.

"Ou a gente muda no PNE ou a gente aumenta imposto, o que eu sou contra", disse Weintraub. Segundo o ministro, o governo é favorável a ampliar os recursos para a educação mas, em contrapartida, quer cobrar "metas de desempenho" – que ainda não foram detalhadas.

Mais da metade dos brasileiros de 25 anos ou mais ainda não concluiu a educação básica, aponta IBGE

Pontos do Compromisso Nacional pela Educação Básica

O documento, debatido com secretários estaduais e municipais da área, inclui:

Tornar o Brasil referência em educação básica na América Latina até 2030

Construir 4,9 mil creches até 2022, reestruturando o programa Pró-Infância. Segundo o

MEC, menos de 50% das obras previstas foram concluídas desde 2007.

Revitalizar o programa “Novo Mais Educação”, ampliando a carga horária dos colégios públicos para “diminuir a evasão e melhorar indicadores educacionais”.

Estimular a adesão ao “Novo Ensino Médio”, com investimentos de R\$ 230 milhões até o fim do ano.

Conectar 6,5 mil escolas rurais em todos os estados à internet, com banda larga por satélite. O MEC prevê investimento de R\$ 120 milhões até dezembro, beneficiando 1,7 milhão de estudantes.

Implementar 108 escolas cívico-militares no país até 2023. Segundo o MEC, o ritmo será de 27 ao ano – uma para cada unidade da Federação. Nesse modelo, a gestão da escola é compartilhada entre professores, na parte pedagógica, e militares, em administração e disciplina.

Estabelecer trilhas de formação de professores da educação básica até 2020, por meio de “cursos de ensino a distância com a disponibilização e materiais de apoio e disponibilização de recursos”.

Eficiência

Questionado pela TV Globo sobre como pretende dar o “salto de qualidade” na educação com os mesmos programas que já existem, e sem aumentar o investimento, o secretário afirmou que o segredo será “trabalho”.

Seguindo o discurso do ministro Abraham Weintraub, Endo disse discordar da necessidade de 10% do PIB em verbas.

“O dinheiro, grande parte nós temos aqui. O que queremos é criar mais eficiência. Havendo necessidade de dinheiro complementar, nós pedimos. Mas não há necessidade de chegar a 10% do PIB, eu te asseguro.”

“Se um estado se destacou na educação, é porque alguém decidiu dar atenção a isso. É como uma orquestra. Se você pega uma orquestra fantástica, você tem músicos fantásticos, pessoas que tocam muito bem. Para que você tem um maestro? Para ajudar as pessoas a ordenar suas ações. A gente quer que o MEC seja esse maestro”, declarou.

Apesar disso, Endo reconhece que, para dar escala a projetos regionais de sucesso, reavaliar todo o sistema educacional, informatizar escolas e valorizar professores, será preciso gastar dinheiro.

“Nós estamos discutindo já a necessidade orçamentária que teremos ano que vem, para incluir na PLOA [Projeto de Lei Orçamentária Anual]. Se a gente tiver alguns projetos adequados e sustentáveis, a gente vai ter que arrumar pessoas que nos ajudem a dizer que são projetos estruturantes. E com isso, que há necessidade orçamentária.”

topo ↕

## ND ONLINE - NOTÍCIAS

**Ouvidos Mucos - 13 denunciados viram réus, sendo 10 servidores ligados à UFSC**  
**O montante de recursos desviados do sistema de Ensino a Distância foi de R\$ 3,1 milhões, segundo a denúncia do MPF**

Além de oferecer a denúncia sobre a operação Ouvidos Mucos, o Ministério Público Federal pediu a queda do sigilo do processo em razão da relevância social e da ampla divulgação do caso pelos veículos de imprensa.

Com o pedido acatado pela juíza federal Janaína Cassol Machado, foi possível verificar

que dos 23 iniciados pela PF em abril de 2018, 13 pessoas foram efetivamente denunciadas pelo MPF e viraram réus na Justiça Federal – sendo que 10 são servidores ligados à UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

A juíza também autorizou, a pedido do MPF, que todos os dados e elementos probatórios possam ser compartilhados com a Receita Federal, Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União e Advocacia Geral da União, para subsidiar os processos administrativos desses órgãos.

Os réus são: Gilberto de Oliveira Moritz, Marcos Baptista Lopez Dalmau, Rogério da Silva Nunes, Alexandre Marinho da Costa, Maurício Fernandes Pereira, Eduardo Lobo, Marilda Todescat, André Luis da Silva Leite, Mikhail Vieira de Lorenzi Cancellier e Gabriela Gonçalves Silveira Fiates, Roberto Moritz da Nova, Denise Aparecida Bunn e Leandro Silva Coelho.

Os crimes considerados pela Justiça Federal são: peculato; concussão; violação do sigilo funcional; inserção de dados falsos em sistema de informações; crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos ou valores; e crimes Previstos na Lei de Organização Criminosa.

Em seu parecer, o MPF destacou que os denunciados teriam praticado o crime de organização criminosa, uma vez que, “valendo-se das facilidades proporcionadas pelos cargos que ocupavam na universidade” ou em fundação de apoio, e “o conhecimento que possuíam acerca da fragilidade das rotinas de controle e transparência daquelas instituições”, “associaram-se de forma estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas para o fim de cometer crimes, em especial peculato-desvio e concussão, para desviar recursos do Sistema EaD/UAB da UFSC”.

O MPF ressaltou ainda que o valores seriam repartidos entre os membros da organização ou destinados a terceiros, sob a forma de bolsas, muitas delas por prestação de serviços fictícios ou desviadas para outras finalidades não autorizadas por lei, mas que atendiam aos interesses do grupo. A atividade do grupo baseava-se no comando e gestão dos recursos destinados ao ensino a distância ligados ao curso de administração da UFSC.

Entre 2012 e 2017, segundo a denúncia, os réus teriam desviados em proveito próprio valores recebidos da **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, efetuando pagamentos de bolsas a pessoas não vinculadas aos cursos, tendo desviado o montante de R\$ 3.197.310,00.

A denuncia detalhou que entre janeiro de 2012 e junho de 2017, a **Capex** pagou 23.279 bolsas totalizando R\$ 22.054.845,00, concedidas a 1.500 bolsistas para atuarem nas funções de coordenador, professor e tutor de cursos EaD/UAB da UFSC.

Do total de bolsas pagas, foram constatadas irregularidades em 2.985 bolsas, concedidas a 298 pessoas, totalizando R\$ 3.197.310,00, conforme relação constante da planilha consolidadora do Achado do Tribunal de Contas da União – TCU.

topo ↕

**PORTAL VEJA - TEMPO REAL**

**Bolsonaro aciona MEC contra vestibular exclusivo para trans**

## **Presidente cobrou providências do ministro ao ser informado sobre processo em curso na Unilab**

Ao descobrir nesta manhã, pela imprensa, que a Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) lançou um vestibular voltado para pessoas transgêneras e intersexuais, Jair Bolsonaro mandou acionar o ministro da Educação, Abraham Weintraub, para apurar o caso e tomar as devidas providências.

Trata-se do primeiro processo seletivo na graduação específico para transexuais. Outras universidades já haviam estabelecido cotas para esse público, mas dentro de seus processos seletivos habituais. O tema deve ser a nova cruzada de Bolsonaro na área de costumes. O presidente não perde oportunidades de demonstrar sua contrariedade ao tema.

topo ↕

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL**

### **MEC quer criar 103 escolas cívico-militares até 2023**

O Ministério da Educação (MEC) lançou nesta quinta-feira, 11, uma carta-compromisso para melhorar a educação básica do País. Feita em parceria com Conselho Nacional de Secretários de Educação e União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o texto traz sete eixos estruturantes, que passam por creches, mudanças no ensino médio e formação de docentes. Entre as metas, está a ampliação das escolas cívico-militares, promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro. O objetivo é criar 108 unidades, 27 por ano, até 2023, em regiões consideradas mais carentes.

A iniciativa, uma das poucas do programa com recursos definidos, custará R\$ 40 milhões anuais. A justificativa para aplicação desses recursos para um grupo limitado de unidades é de, com isso, tentar aumentar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O desempenho de alunos em escolas militares é superior do que o de civis (6,99 ante 4,94).

O compromisso lançado também prevê o estímulo ao ensino médio integral. Para este ano, a ideia é destinar R\$ 230 milhões. Nesse modelo, o estudante cumpre as disciplinas obrigatórias, previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e no horário restante, participa de cursos de outras áreas, de seu maior interesse. No cardápio estão linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e sociais, formação técnica e profissional.

Ao detalhar o documento, o secretário de Educação Básica do MEC, Jânio Carlos Endo Macedo, admitiu que a maior parcela dos itens do compromisso já constava em programas criados em gestões anteriores. Para ele, a conquista de melhores indicadores nesses programas será obtida a partir da replicação de experiências bem-sucedidas em algumas regiões e a realocação de recursos do próprio ministério. "Os recursos estão aqui dentro. Vou olhar o que tenho, ver o que precisa", completou. "Será trabalho, trabalho."

Embora seja considerado um dos pontos-chave do governo Bolsonaro, não há intenção, neste momento, de ampliação das creches. A ideia apresentada é de concluir as unidades que foram iniciadas e não foram finalizadas e verificar se, nas obras já acabadas, as atividades já começaram. Pela meta apresentada, a ideia é terminar 4 mil unidades até 2022. Desse total, 50% já estão prontos. O MEC não apresentou, contudo, o prazo para que esse diagnóstico das obras paradas ou das unidades ainda fora de funcionamento

seja apresentado.

Outro eixo do documento é ampliar o programa Novo Mais Educação, que prevê para escolas cadastradas o mínimo de cinco horas de aula por dia. Para o MEC, a medida poderia auxiliar na redução da evasão escolar, que foi de 25,9% em 2016 e 23,6%, em 2017.

Há também a previsão de se investir R\$ 120 milhões até o fim deste ano em outro eixo do compromisso, conectar 6,5 mil escolas rurais em banda larga para colégios com mais de 200 alunos. Pelas contas da pasta, seriam beneficiados 1,7 milhão de estudantes. O grupo destacou ainda a importância de se melhorar a formação dos professores de educação básica, com cursos a distância.

Presidente da Undime, Aléssio Costa Lima avalia que o documento identifica as prioridades da educação. E aproveitou para reclamar por recursos. "Para quem faz a gestão nos municípios, sobretudo nos de menor porte, de fato é um momento delicado. Temos a intenção de fazer, sabemos o que precisa ser feito, mas nem sempre temos as condições, sobretudo financeiras para implementar as políticas que a gente julga ser necessário", disse o Lima, para mais tarde complementar. "Os recursos são finitos, e a vida é fazer escolhas."

Weintraub defende redução de meta

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, defendeu a redução da meta orçamentária do Plano Nacional da Educação (PNE). Pela regra atual, 10% do Produto Interno Bruto (PIB) tem de ser investido no setor até 2024, um valor que o ministro questiona. "Ou a gente muda o PNE ou a gente aumenta o imposto, o que sou contra", disse.

A garantia de 10% foi uma das principais bandeiras do movimento estudantil e previa um aumento escalonado dos percentuais. Sem os recursos garantidos, avaliam especialistas, fica difícil alcançar as demais metas do plano, que entrou em vigor em 2014.

O ministro também afirmou que recursos para a área são sempre bem-vindos, mas é preciso ter metas de desempenho e citou a proposta encaminhada pelo governo sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de forma que cada município receba R\$ 4.500 e uma reformulação que permita que municípios pobres, independentemente de integrarem Estados ricos ou não, tenham incentivos. "Não é jogar mais dinheiro. Não é chegar e bater na mesa pedindo mais dinheiro. Esse dinheiro é sagrado, e é preciso ter critérios de desempenho", disse o ministro

## **A CRÍTICA - AM - POLÍTICA**

### **Projeto do Fundeb será debatido**

A mobilização pela aprovação da PEC 015/15, que torna o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) permanente como política de financiamento do ensino básico, será o foco principal do "Primeiro Encontro Estadual dos Presidentes e Vice-presidentes das Comissões de Educação das Câmaras Municipais e Secretarias Municipais de Educação do Amazonas", marcado para amanhã, na Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam). A iniciativa partiu da deputada professora Therezinha Ruiz (PSDB), que

preside a Comissão de Educação da Casa. Therezinha Ruiz ressalta a necessidade de uma ampla mobilização em favor da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional.

[topo](#)

## **DIÁRIO DE CUIABÁ - MT - ARTIGOS**

### **A tragédia da educação**

São uma verdadeira tragédia os números da educação mostrados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua escancara uma dura realidade que explica em grande parte o atraso do qual o país não consegue se desvencilhar. É inadmissível que mais da metade da população com 25 anos ou mais nem sequer tenha concluído o ciclo básico, que vai até o Ensino Médio, e um terço nem o fundamental completo possua.

Também choca que ainda hoje existam 11,3 milhões de brasileiros que não sabem ler ou escrever. A ínfima melhora dos indicadores em relação à pesquisa anterior, tanto no caso da alfabetização quanto da escolaridade dos brasileiros, é mais motivo de vergonha e de indignação do que de alívio por não ter sido verificada uma piora. Há uma constatação ainda mais preocupante: o desinteresse em melhorar a escolaridade cresce exatamente nas faixas de menor instrução. Assim, é uma catástrofe que se realimenta.

Nenhuma nação dá um salto de qualidade que permita a sua população almejar um futuro melhor sem investir pesado na educação. A situação contrária, em que o ensino é relegado a um segundo plano, costuma condenar países à condição de subalternos no jogo econômico global. Pessoas sem o mínimo do processo de aprendizagem, em regra, são relegadas ao subemprego e à incapacidade de compreensão do mundo em que vivem.

Espera-se que, com o quadro desolador pintado pelo IBGE, o Ministério da Educação finalmente desperte. Passou da hora de abdicar de polêmicas desnecessárias geradas por posições ideológicas e começar a centrar a energia da pasta em políticas para iniciar uma transição que faça o Brasil deixar de ocupar posições humilhantes em rankings de nível de escolaridade e de aprendizado.

Óbvio que o atual governo não pode ser responsabilizado pelos números, colhidos no ano passado. Mas, uma vez eleito, o presidente Jair Bolsonaro tem o dever de ordenar o fim da paralisia da área. As metas do Plano Nacional de Educação (PNE), por exemplo, correm o risco de não ser alcançadas. São 20, mas 16 estão estagnadas e quatro tiveram cumprimento parcial. A taxa de analfabetismo, que deveria cair para 6,5% em 2015, no ano passado estava em 6,8%.

Medidas tópicas não resolverão o problema brasileiro. E politizar o tema é seguir arriscando as gerações futuras. Em plena era do conhecimento, em que ciência, tecnologia e inovação ganham relevância ainda maior, apenas 26% da população brasileira com 25 anos ou mais completa uma faculdade. É urgente, portanto, partir para a reinvenção da educação no Brasil.

[topo](#)

## **DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - VIDA URBANA**

### **Professor Sylvio Loreto recebe título de Professor Emérito da UFPE**

O professor Sylvio Loreto acabou de receber do Conselho Universitário da Universidade Federal de Pernambuco o título de Professor Emérito da Faculdade de Direito do Recife. Um título muito merecido a um professor da casa, já aposentado, que

dedicou quase toda sua vida profissional à melhoria da Faculdade de Direito do Recife e da UFPE. Ingressou como professor na referida faculdade em 1955. Foi Diretor da Faculdade de Direito do Recife de 1984 a 1988 e foi também coordenador do Programa de Pós-graduação em Direito nessa mesma instituição, onde também foi professor das disciplinas Relações Internacionais e Direito Internacional Privado, tanto no Curso de Mestrado como no de Doutorado. Mesmo após se aposentar continuou lecionando até 2017. Ou seja, são mais de 60 anos dedicados à UFPE e com muito afinho, sempre. Por isso é muito merecedor do título de Professor Emérito.

Sylvio Loreto sempre optou pelo ensino guiado por uma pedagogia moderna, com participação permanente dos alunos, e promovendo sempre o debate em classe e até a ida ao campo com os alunos para ver a realidade mais de perto. Além de suas atividades em sala de aula e na gestão universitária, ele também escreveu vários artigos para revistas especializadas, obviamente com concentração nos periódicos da própria Faculdade de Direito do Recife, do Programa de Pós-graduação local e da OAB de Pernambuco. Além disso, sempre participou de debates e discussões de trabalhos de outros autores, tendo sempre vida acadêmica muito ativa na UFPE. Essas atividades fizeram dele um professor completo nas suas atividades do magistério superior, tendo realmente incarnado o verdadeiro sentido do ser professor universitário.

Como Coordenador do Curso de Bacharelado e depois do Programa de Pós-graduação, conseguiu implantar o nível Doutorado e a disciplina de Direito Internacional Privado nesse curso. Como Diretor da Faculdade, 1984 a 1988, conseguiu a completa restauração do prédio e seus equipamentos, tendo conseguido atrair recursos não só da Universidade Federal de Pernambuco, mas também de vários outros órgãos, como Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Governo do Estado de Pernambuco e a Prefeitura da Cidade do Recife. Além do prédio, promoveu também a recuperação da Biblioteca, do Arquivo, da Pinacoteca, do Museu, do Mobiliário e da Praça Adolfo Cirne. Ou seja, sua gestão universitária foi plena de realizações em prol da melhoria da instituição.

Apesar desse extenso currículo de serviços concretos prestados à UFPE ao longo de sua vida na Universidade, o professor Sylvio Loreto foi mais do que tudo um exemplo de dedicação, além de tolerância e receptividade a novas ideias; seja na sua interação com os alunos ou demais colegas do corpo docente. Respeito às ideias de todos e capacidade de ouvir sempre foram suas marcas como professor e acadêmico. A sua vida pessoal, assim como a profissional, também sempre foi pautada pela integridade moral e consideração extrema com todos os que o cercam, sejam membros da família ou de qualquer outro meio social. Diante de todas essas qualidades, pessoais e profissionais, podemos dizer que o reconhecimento advindo desse título é mais do que justo e enobrece também a Universidade Federal de Pernambuco por mais essa demonstração de sua capacidade de reconhecer o mérito de seus docentes.

topo ↕

## **JORNAL DO COMÉRCIO - RS - OPINIÃO**

### **Como qualificar a Educação?**

Temos visto a mídia mostrar a preocupação da sociedade com todos os níveis de educação, suas formas de financiamento e como qualificá-la. Nesses anos que vivencio a educação, já observei muitos ministros, secretários estaduais e municipais de Educação, buscando melhorar os resultados qualitativos e econômicos, com poucos resultados de melhorias e avanços de fato.

Dobramos o investimento com educação nas últimas décadas, passamos de cerca de 3% para 6% do PIB, mas a qualidade não melhorou e, em muitos casos, regrediu. Continuamos ocupando os últimos lugares nas avaliações internacionais. O sinal vermelho está aceso! Fala-se no financiamento e nos métodos aplicados em outros países, mas com resultados contraditórios como, por exemplo: a educação domiciliar, o ensino a distância, as escolas conveniadas e os vouchers. A experiência mostra que não existe sistema perfeito para melhorar a qualidade e o financiamento.

No entanto, uma coisa é certa, tudo é a médio e longo prazo, não é política para um governo. Aí reside nosso problema, nos deparamos com a falta de sequência nas políticas públicas educacionais. Precisamos colocar a educação como política de Estado, cláusula pétrea do povo, acima de governos. Lembro da implantação do estudo por ciclos em Porto Alegre a partir de 1994, iniciado em uma única escola, como inovação pedagógica e metodológica.

Era para uma escola piloto, dividia o ensino fundamental, em três ciclos de três anos cada, e ao final dos nove anos deveria ser avaliado pela comunidade escolar e autoridades para ver quais os benefícios alcançados. Mas aquilo que nasceu como laboratório foi implantado de imediato em toda a rede, levado até a nova LDB.

Foi um fracasso, gerações perdidas por pressa, por interesses estatísticos de não repetência etc. Precisamos de gestão qualificada do sistema educacional, de melhor formação dos professores(as), de racionalização de recursos, da participação da comunidade. Enfim, precisamos de pressa, mas de bom senso no trato com a educação, sem pensar na próxima eleição, mas sim no futuro das gerações e do Brasil.

topo ↕

## **ENFOQUE MS - TEMPO REAL**

### **Acadêmicos da UEMS se preparam para intercâmbio no Canadá**

Três acadêmicos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) embarcam, no segundo semestre, rumo às terras geladas do Canadá. Arthur José Medeiros e Lucas Grechi Leme, do Curso de Ciências da Computação da UEMS, Unidade de Dourados, e Tatiane Aparecida Curim Faria, que está no terceiro ano do Doutorado em Agronomia, na UEMS de Aquidauana. Eles foram selecionados pelo Emerging Leaders in the Americas Program (ELAP), programa do governo canadense que concede bolsas para mobilidade acadêmica no Canadá a estudantes da América Latina.

O ELAP é destinado a estudantes de graduação, mestrado e doutorado. O programa de mobilidade acadêmica no Canadá funciona como uma graduação ou pós-graduação conhecida como "sanduíche": o estudante passa de 4 a 6 meses no Canadá e retorna para terminar seus estudos no Brasil. As inscrições foram em março desse ano e o resultado saiu em junho, quem ajudou no processo de candidatura dos três acadêmicos foi a Arelin – Assessoria de Relações Internacionais.

A técnica administrativa Maria Eugênia Petenuci atua na Arelin e auxilia os acadêmicos nesse processo do intercâmbio. "A Arelin tem esse papel, que é dar apoio aos processos e programas de intercâmbios internacionais e nacionais. O aluno interessado conduz todo o processo de inscrição e nós assessoramos com a documentação exigida e, principalmente, conduzindo a intermediação com a Universidade escolhida para realização de um convênio ou termo de cooperação. O êxito desses alunos nos deixa muito contentes e com certeza, essa experiência será muito importante e enriquecedora

# CLIPPING



para os alunos e também para a UEMS, que se firma internacionalmente tendo alunos novamente selecionados pelo ELAP", explica Maria Eugênia.

O acadêmico do terceiro ano de Ciências da Computação, Arthur José Medeiros, já teve experiências anteriores morando fora do país e se diz tranquilo, acredita que o frio na barriga só vá aparecer momentos antes do embarque. Mesmo sem o nervosismo pré viagem, ele sabe que passará por uma experiência única, "É uma oportunidade que eu não podia deixar passar, é um intercâmbio no Canadá. O que esse período lá agrega no meu currículo não tem valor".

O acadêmico, Lucas Grechi Leme, está no quarto ano de Ciência da Computação e conta que também estava em busca de alguma oportunidade que pudesse agregar o currículo. " O intercâmbio com certeza trará experiências e contatos, acho que é o que você consegue numa viagem dessa. Acho que será um diferencial", conta o acadêmico.

A data da viagem ainda não está marcada, mas o destino já está certo, os dois vão para a Brandon University que fica na cidade de Brandon na província de Manitoba. Durante o período do intercâmbio eles irão desenvolver pesquisas científicas.

Quem também está se preparando para passar alguns meses no Canadá é a acadêmica do terceiro ano do Doutorado do Programa de Pós-graduação em Agronomia da UEMS/Aquidauana, Tatiane Aparecida Curim Faria. Ela irá pelo ELAP para a University of Guelph, localizada na cidade de Guelph (província de Ontário).

Não é a primeira vez que Tatiane irá passar um período fora do Brasil, entre dezembro de 2018 a maio de 2019, ela fez um doutorado sanduíche pela **Capes** também na University of Guelph.

" Durante meu intercâmbio anterior soubemos da bolsa ELAP e vimos a oportunidade de dar continuidade a pesquisa. Estou feliz e ansiosa para retornar ao Canadá (apesar da inevitável saudade da família e amigos que ficam no Brasil). No meu primeiro intercâmbio tive uma experiência positiva e conheci pessoas que me acolheram e incentivaram vivenciar a cultura canadense e o clima congelante", relata Tatiane.

A viagem ainda está sem data marcada, mas provavelmente será no início de setembro. Na UEMS em Aquidauana, a acadêmica tem orientação do professor Dr. Jolimar Schiavo e na Universidade canadense a supervisão do professor Dr. Richard Heck, no Laboratório de Imagem do Solo.

" Nossa pesquisa é na área de solos, buscamos entender a gênese dos solos através de imagens 2D (micromorfologia do solo) e 3D (tomografia do solo). Através do intercâmbio vejo uma oportunidade de agregar qualidade ao estudo desenvolvido e assim a produção de artigos científicos em periódicos de alto fator de impacto. Além da grande oportunidade de parceria entre as universidades (University of Guelph e UEMS), também incentivando outros estudantes a participarem de intercâmbio e acreditarem que é possível desenvolver nossa pesquisa, não ficando apenas no papel", finaliza.

Da UEMS para o Mundo

O Gustavo Moura é ex-aluno da UEMS, fez o Mestrado em Letras – estudos em linguagens na unidade de Campo Grande. Em 2016, ele foi para o intercâmbio no

Canadá através do ELAP durante o período do mestrado. A pesquisa desenvolvida por ele foi em torno do desenvolvimento docente de professores de língua inglesa em contexto internacional.

" O intercâmbio abre horizontes e possibilidades. Te ajuda a enxergar que culturas se comportam e transformam diferentes umas das outras. Acho que o intercâmbio te abre os olhos para tentar entender um pouco mais do papel das pessoas e dos lugares na sua vida e como tudo te ajuda a ser mais empático com a sociedade e lutar por algo melhor também", relata Moura.

Depois da experiência no mestrado, Gustavo voltou para o Doutorado na Universidade de Manitoba no Canadá, " O intercâmbio te dá a chance de conhecer outras pessoas no seu campo de atuação e estabelecer contatos. Ajuda na sua capacitação profissional e te abre portas, e foi assim que voltei para o doutorado", finaliza.

topo ↕

## FOLHA NOBRE - TEMPO REAL

### UemaSul abre inscrições para seu primeiro Mestrado

Estão abertas as inscrições para o processo seletivo para o curso de Mestrado profissional em Letras, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UemaSul), até o dia 23 de agosto de 2019. O curso, que é o primeiro da instituição e único da região na área das Letras, vai ofertar 20 vagas, com o objetivo de proporcionar ao professor da área de Letras, formação científica e cultural, ampla e aprofundada.

Aprovado em abril, pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, o Mestrado está em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE) e as diretrizes estratégicas da UemaSul, previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O Mestrado é destinado aos profissionais graduados em Letras, e em áreas do conhecimento que tenham afinidade com a temática central da área de concentração, considerando duas linhas de pesquisa: Literatura, Diálogos e Saberes; e Linguagem, Memória e Ensino. "A região não tem mestrado em Letras. Esse mestrado vem para atender uma demanda regional cumprindo a missão da UemaSul, de produzir e difundir conhecimentos, por meio do ensino", afirmou a Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Alinne da Silva.

Para o professor Gilberto Freire, coordenador do curso, o Mestrado em Letras é uma grande oportunidade para a região. "São décadas e décadas, onde grande parte dos nossos alunos dos cursos de graduação não tinham a oportunidade de poder dar uma caminhada maior na sua trajetória de ensino, e o nosso mestrado vem exatamente para contemplar esses alunos".

O coordenador falou ainda sobre a conquista do sonho coletivo, que se tornou realidade. "Para a UemaSul é uma grande conquista, em dois anos conseguimos o mestrado é uma vitória que teve o empenho de todos. Foi uma grande caminhada, uma luta de muitos professores. É a comprovação que sonhar é fundamental, e realizar o sonho é uma das coisas mais gratificantes, principalmente, para todos nós do curso de Letras. Sabemos o quanto foi longa nossa trajetória, mas, sempre com um olhar nessa possibilidade do mestrado e doutorado".

topo ↕

## O PRESENTE - TEMPO REAL

### MEC quer divulgar boas práticas de professores

O Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as boas práticas com os demais docentes do país. A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes.

De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano.  
Casa do Eletricista CÂMERAS

Segundo Mariana, Para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes. “Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não”, disse Mariana, que participou ontem (9) de debate sobre a formação dos professores no Brasil, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Os debatedores destacaram a formação dos docentes como fator central para que melhorar a qualidade da educação no Brasil. Atualmente, lecionar em escolas públicas é pouco atraente, e apenas 2,4% dos estudantes querem seguir essa carreira, revela a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, os professores ganham menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. De acordo com relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham, em média, 74,8% do que ganham profissionais assalariados de outras áreas.

### Atratividade

De acordo com Mariana, o MEC pretende mudar esse cenário e, para isso, está realizando uma série de estudos. O cronograma para implementação de políticas públicas se estende até 2023. “Estamos finalizando o planejamento estratégico da Secretaria de Educação Básica. Estamos finalizando esta semana. Uma das ações pretendidas é apresentar o documento aqui na comissão, se não esta semana, até o final de julho.”

Outra ação prevista é a oferta de bolsas de estudos para futuros professores. “Vamos pensar em novas bolsas. Vamos, junto com a **Capex [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]** e com agentes da educação, pensar em novas propostas”. A intenção é que uma proposta seja apresentada até o começo do ano que vem. A pasta pretende seguir com as bolsas atuais ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e pelo Programa de Residência Pedagógica.

Base de Formação Docente

O MEC pretende concluir também até novembro deste ano a revisão do texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do então presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em fevereiro deste ano, o MEC pediu o texto de volta para “ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base”, conforme informou na época.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. O texto apresentado no ano passado estabelece, entre outras questões, que a formação do professor seja mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com Mariana, a primeira reunião na secretaria foi realizada hoje, e ainda não há conclusões sobre o que deve ser alterado na proposta.

#### Participação

O deputado Professor Israel Batista (PV-DF) criticou a demora do MEC para apresentar políticas efetivas e disse que apresentará um relatório sobre formação de professores, além de propor soluções. “No segundo semestre, a Comissão de Educação e a Frente Parlamentar Mista da Educação devem assumir o protagonismo. Vamos apresentar um conjunto de propostas de solução”, adiantou o deputado.

Professores e especialistas presentes à audiência defenderam mais participação da sociedade civil na elaboração dessas políticas, que, segundo Mariana, envolvem representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), ou seja, governos estaduais e municipais.

Participaram do debate representantes da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), entre outras instituições.

Com Agência Brasil

topo ↕

#### AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

#### **MEC pretende implantar no país 108 escolas cívico-militares até 2023**

#### **Medida está prevista no Compromisso Nacional pela Educação Básica**

O Ministério da Educação (MEC) pretende implementar 108 escolas cívico-militares até 2023. Essa é uma das ações previstas no Compromisso Nacional pela Educação Básica, documento apresentado hoje (11), em Brasília. Ele reúne ações que estão sendo planejadas para serem implementadas até o fim do atual governo.

Além das escolas militares, pretende-se dar celeridade à conclusão de mais de 4 mil creches até 2022; conectar 6,5 mil escolas rurais por meio de satélite em banda larga em todos os estados; e ofertar cursos de ensino a distância para melhorar a formação de

professores, até 2020, entre outras ações.

O documento foi elaborado pelo MEC em conjunto com estados e municípios representados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). As ações são voltadas para a educação básica, período que compreende desde o ensino infantil até o ensino médio.

O plano de ação, segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub, visa dar mais protagonismo aos estados e municípios, seguindo o mote defendido pelo governo de menos Brasília e mais Brasil. “As ideias já existiam, precisava transformar a energia potencial em energia cinética”, disse. Segundo ele, o Brasil tem boas iniciativas e recursos que podem ser direcionados para melhorar a educação do país.

A intenção, de acordo com o MEC, é tornar o Brasil referência em educação na América Latina até 2030. “Nós, como brasileiros, em essência, somos tão bons quanto qualquer país no mundo”, disse o ministro.

Escolas cívico-militares

Um dos destaques do Compromisso Nacional pela Educação Básica é a implementação de escolas cívico-militares, pauta defendida desde a campanha do presidente Jair Bolsonaro.

Neste ano, o MEC passou a contar inclusive com uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. A intenção é, de acordo com o plano apresentado nesta quinta-feira, implementar o modelo em 27 escolas, por ano, uma por unidade da federação. A medida, segundo o MEC, deve atender a 108 mil alunos.

Além das 27 novas escolas por ano, o MEC pretende fortalecer 28 escolas cívico-militares por ano, em conjunto com os demais entes federados, totalizando 112 escolas até 2023, atendendo a aproximadamente 112 mil estudantes.

As escolas cívico-militares são instituições não militarizadas, mas com uma equipe de militares da reserva no papel de tutores. A meta é aumentar a média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Segundo o MEC, enquanto a média do Ideb em colégios militares é 6,99, nos civis é 4,94.

“Os pressupostos é que [a instalação das escolas] se dê em locais carentes, como foi o ensino médio em tempo integral. Se não se coloca em locais que sejam carentes, estará aumentando ainda mais a diferença de conhecimento dessa população”, afirmou o secretário de Educação Básica do MEC, Jânio Carlos Endo Macedo. Ao todo, o governo pretende investir R\$ 40 milhões por ano.

Principais metas do Compromisso Nacional pela Educação Básica

Creches - Reestruturar o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) para dar celeridade à conclusão de mais de 4 mil creches até 2022.

Ensino integral - Revitalizar o programa Novo Mais Educação. As escolas que aderirem terão o mínimo de 5 horas de aula por dia. No integral, a ideia é ampliar para 7 horas

por dia. A meta é diminuir a evasão e melhorar indicadores educacionais.

Ensino Médio - Estimular o Novo Ensino Médio, aprovado em lei em 2017. Investir R\$ 230 milhões até o final de 2019 no ensino médio em tempo integral. Está previsto para 2020 um programa piloto em 3,5 mil instituições de ensino. No novo ensino médio, os estudantes poderão escolher um itinerário formativo para complementar a formação básica ofertada a todos os estudantes. Eles poderão escolher entre a formação em linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas e sociais, além da formação técnica e profissional.

Internet - Conectar, por meio do programa Inovação Educação Conectada, 6,5 mil escolas rurais por meio de satélite em banda larga em todos os estados. Serão investidos R\$ 120 milhões até o fim de 2019. Aproximadamente 1,7 milhão de estudantes serão beneficiados. O MEC irá repassar ainda R\$ 114 milhões para fomentar a internet em 32 mil colégios urbanos. A intenção é beneficiar 17 milhões de alunos.

Aulas interativas - A Universidade Federal do Ceará, a Universidade Federal de Goiás e a Universidade Federal de Santa Catarina desenvolverão games voltados para os anos iniciais do ensino fundamental, ou seja, do 1º ao 5º ano. Serão investidos R\$ 3 milhões até o final de 2019;

EJA - A educação de jovens e adultos será articulada à educação profissional e tecnológica, além de ser conectada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que estabelece o mínimo que deve ser ensinado em todas as escolas do Brasil.

Formação de professores - Até 2020, estabelecer trilhas de formação para professores por meio de cursos a distância, com disponibilização de materiais de apoio e de recursos. A proposta é que professores que não são formados nas áreas que atuam possam receber a formação, além de qualificar melhor todos os demais profissionais.

Escolas cívico-militares - Implementar, até 2023, 108 escolas cívico-militares, 27 por ano, em cada uma das unidades da federação.

[topo](#)

## **AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL**

**Comissões debatem relações entre comunidade universitária e governo federal  
As comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Educação promovem hoje audiência pública para debater as relações institucionais entre os diversos setores da comunidade universitária e o governo federal.**

As comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Educação promovem hoje audiência pública para debater as relações institucionais entre os diversos setores da comunidade universitária e o governo federal.

Foram convidados:

- o coordenador-geral de Planejamento e Orçamento da Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior do Ministério da Educação, Weber Gomes de Sousa;
- o coordenador-geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), Antônio Alves Neto;

- o diretor da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Cassio de Souza Borges;
- o secretário-executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Gustavo Balduino; e
- o 2º vice-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Emerson Duarte Monte.

As autoras do requerimento para o debate, deputadas Margarida Salomão (PT-MG) e Sâmia Bomfim (PSol-SP), consideram que as relações entre entidades representativas da comunidade universitária e o MEC encontram-se paralisadas neste momento. “Neste sentido, achamos de fundamental importância que o conjunto das entidades que representam os mais diversos setores da comunidade universitária possam ter oportunidade de propor e ouvir do Ministro da Educação as diretrizes e perspectivas políticas do MEC para o desenvolvimento do ensino superior brasileiro”, justificam.

A audiência ocorrerá às 10 horas, no plenário 11 das comissões, e será interativa. Os internautas poderão assistir e enviar perguntas aos participantes.

topo ↕

## AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

### **Plano de educação básica do MEC prevê 108 escolas militares até 2023**

### **Militares da reserva deverão atuar como tutores nas novas unidades; iniciativa também envolve mais creches e acesso à internet**

O MEC (Ministério da Educação) pretende implementar 108 escolas militares até 2023. A ideia é que, a cada ano, haja 27 novas unidades do modelo, uma por unidade da federação.

Chamadas de escolas cívico-militares pelo ministério, o modelo prevê a atuação de equipe de militares da reserva no papel de tutores.

"Pressuposto é que sejam em locais carentes para não [aumentar a desigualdade]", disse o secretário de educação básica do MEC, Janio Macedo. As escolas militares agradam o presidente Jair Bolsonaro (PSL).

O MEC lançou na manhã desta quinta-feira (11) o chamado Compromisso Nacional pela Educação Básica, que é um plano estratégico para a etapa. O planejamento foi construído com conversas com o Consed e Undime, entidades que representam os secretários estaduais e municipais de educação.

No documento, estão previstas a continuidade de políticas de governo anteriores e que estavam esvaziadas desde o começo do ano, como o apoio às escolas de tempo integral, ao reforço de conectividade de internet de escolas e investimentos em creches.

O governo promete reestruturar o Proinfância, que prevê recursos federais para construção de creches municipais, de forma a acelerar a conclusão de 4.000 creches até 2022.

O MEC não informou o orçamento da iniciativa. Em apoio ao ensino médio integral, o órgão vai transferir aos estados R\$ 230 milhões ainda neste ano.

A iniciativa busca a adequação das escolas ao novo ensino médio, que flexibiliza a

grade curricular, e à Base Nacional Comum Curricular (que prevê o que os alunos devem aprender).

Está previsto um projeto-piloto de 3,5 mil instituições para 2020. O plano é chegar a 17 mil escolas, em prazo indefinido.

O plano prevê a retomada do programa Novo Mais Educação, de ampliação de horas de aula no ensino fundamental. O orçamento e número de escolas não foram detalhados.

O MEC pretende investir R\$ 120 milhões para conectar à internet banda larga em 6,5 mil escolas rurais até o fim do ano.

Outros R\$ 114 milhões serão indicados. A pasta promete finalizar até 2020 reformular a formação de professores. O plano é estabelecer linhas de formação para docentes por meio de cursos e a distância.

topo ↕

## AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

### **MEC anuncia plano de implantar 108 escolas militares até 2023 em todos os estados**

#### **Pasta também quer ampliar número de crianças atendidas por creches e de alunos no ensino técnico**

BRASÍLIA - O Ministério da Educação ( MEC ) anunciou nesta quinta-feira a meta de criar 108 escolas " cívico-militares " no Brasil até 2023. O plano é instalar uma por ano, até 2023, em cada uma das 27 unidades da federação. Isso será feito por meio da adesão dos estados, que ficarão responsáveis por sua administração, mas receberão recursos federais. Segundo o MEC, já há atualmente 203 escolas do tipo em 23 estados e no Distrito Federal.

A ampliação da rede de escolas militares — termo que o MEC está evitando, preferindo "cívico-militar" — foi uma das promessas de campanha do presidente Jair Bolsonaro. Segundo o MEC, serão 108 mil alunos atendidos nas 108 novas escolas. O MEC reserva o termo "escola militar" para unidades em que não há compartilhamento da administração com os civis. Já os colégios militares das Forças Armadas não entram no orçamento do ministério. Sua eventual expansão é responsabilidade das próprias Forças Armadas.

O MEC ainda pretende fortalecer, com recursos, 28 escolas cívico-militares já existentes por ano, totalizando 112 até 2023. Será pelo menos uma por estado. Segundo a pasta, serão R\$ 40 milhões anuais o com as escolas novas e as "fortalecidas".

"As escolas cívicos-militares são instituições não militarizadas, mas com uma equipe de militares da reserva no papel de tutores. A meta é aumentar a média no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O índice é superior nos colégios militares - 6,99 ante 4,94 dos civis", diz trecho de texto divulgado pela assessoria de comunicação social do MEC.

O secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Jânio Carlos Endo Macedo, afirmou que os militares da reserva que atuarão nas escolas poderão ser policiais, bombeiros e até mesmo integrantes das Forças Armadas. Essa definição ficará a cargo dos estados. Ele também disse que as novas escolas serão implantadas em

regiões carentes.

— Se não colocar em locais carentes, vai fazer o quê? Vai aumentar a diferença de conhecimento dessa população — disse o secretário, acrescentando:

— Tem um pacto federativo em que cabe aos estados cuidar do Ensino Médio. Não cabe à União. A União pode entrar como facilitador e financiando eventualmente alguma atividade, que é o que a gente já faz com o Ensino Médio integral. Vamos dizer que um estado X queira fazer a adesão ao modelo. Ele é que vai dizer em qual escola quer implementar isso. E a escolha vai ser para um local que tenha carência. Aí a política dos estados, a escola vai atender só as pessoas daquela região, porque não tem fundamento levar uma escola para lá para reduzir a desigualdade e você traga pessoas de outros locais. Já existe o modelo no Ensino Médio integral e é assim que ele é validado.

O anúncio foi feito na manhã desta quarta-feira, durante a divulgação de um compromisso firmado entre o MEC e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). O ministro da Educação, Abraham Weintraub, pregou foco na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio. Tradicionalmente, o Brasil gasta mais com educação superior. Weintraub também disse que quer colocar 1,7 milhão de crianças nas creches.

— A meta mais óbvia para atender é universalizar a pré-escola, que não tá universalizada, o que é um absurdo. E chegar em 50% das crianças em creches, que é botar nas creches 1,7 milhão de crianças. Isso a gente vai fazer. Já temos um programa bem avançado. E acredito que a gente consegue atingir isso ano que vem — disse o ministro.

#### Mudanças no Proinfância

O MEC informou que o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) terá mudanças para acelerar a conclusão de obras não inacabadas. Dados do ministério mostram que há 4.047 concluídas e outras 4.981 ainda não finalizadas. Assim, o primeiro passo é saber como está a situação delas.

— O que a gente precisa fazer primeiro é esse diagnóstico, quanto vou precisar de recursos, essas creches estão funcionando, e por que não estão funcionando? — explicou o secretário.

Weintraub também quer ampliar o ensino técnico para 30%. Essa modalidade atende, hoje, apenas 8% dos alunos do ensino médio. Para isso, falou em aumentar a carga horária do ensino médio. As disciplinas obrigatórias continuarão sendo dadas, mas, no contraturno, o aluno poderá frequentar as áreas nas quais tiver mais interesse. Segundo o MEC, são R\$ 230 milhões até o fim de 2019. Também está previsto aumentar a carga horária do ensino fundamental, estimulando o ensino integral.

#### Internet nas escolas

O compromisso apresentado nesta quarta-feira também prevê conectar 6,5 mil escolas rurais em todos os estados por meio de banda larga via satélite. Pelo plano, as escolas urbanas também serão contempladas com internet. Outro ponto é o fomento de cursos à distância para os professores da educação básica que não são graduados na área em que

lecionam.

Weintraub também criticou a centralização das decisões em Brasília, dizendo que é preciso fazer fluir melhor os recursos para estados e municípios. Mas também pregou respeito ao dinheiro do contribuinte, e afirmou que os repasses seguirão critérios, como a apresentação de bons projetos.

— Sem aquela visão centralizadora, que a gente herdou de Getúlio Vargas, em que os sábios do governo central vão dizer o que acontece no Brasil. O que falta muitas vezes o que faltam são recursos e boas iniciativas. O Brasil está cheio de boas iniciativas e é um país de muitos recursos. Então é simplesmente transformar energia potencial em energia cinética — afirmou o ministro.

O presidente da Undime, Alessio Costa Lima, presente no evento, disse que a situação não está fácil para os gestores municipais.

— Nos municípios, em especial de menor porte, é um momento delicado. Temos a intenção de fazer, sabemos o que precisa ser feito, mas nem sempre temos as condições — disse Alessio.

topo ↕

## **AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL**

### **MEC quer criar 108 escolas cívico-militares até 2023**

BRASILIA - O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta quinta-feira que vai criar 108 escolas cívico-militares até o fim do mandato do presidente Jair Bolsonaro. A medida, segundo a pasta, vai atender aproximadamente 108 mil alunos.

A meta do ministério é aumentar a média brasileira no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Segundo o MEC a nota do Ideb é maior nos colégios militares do que a observada nas instituições civis: 6,99 ante 4,94.

As escolas cívico-militares são instituições em que militares da reserva assumem o papel de tutores. O plano leva em conta a criação de um colégio do tipo por unidade de federação a cada ano.

A iniciativa faz parte de uma série de linhas de trabalho anunciadas nesta quinta-feira pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, com o título "Compromisso Nacional pela Educação Básica" -- criado pelo governo em conjunto com representantes da educação nos Estados e nos municípios.

Weintraub anunciou ainda que pretende concluir a construção de mais de 4 mil creches até 2022 e universalizar o acesso à pré-escola, colocando 1,7 milhão de crianças nessas unidades até 2020, e ampliar em 30% o ensino técnico.

Outra ação anunciada pelo MEC é uma reformulação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), com cobrança de desempenho para os destinatários da verba. "Tem que acabar com isso de mandar dinheiro para fundo perdido, porque o dinheiro do pagador de imposto também deve ser respeitado", disse o ministro.

Outra medida anunciada pelo governo é um programa "correção de fluxo", destinado a

alunos em atraso escolar, isto é, aqueles que já repetiram ou estão em risco de perder um ano.

Weintraub também disse que o Novo Ensino Médio -- com ensino integral dividido entre uma matriz obrigatória e outras opcionais, das áreas de maior interesse do estudante -- será adotado em modelo piloto em 3,5 mil instituições durante o ano que vem.

As iniciativas do "compromisso" também incluem a instalação de banda larga em 6,5 mil escolas rurais e o desenvolvimento de games para "tornar as aulas dos anos iniciais do Ensino Fundamental mais interativas e atraentes".

Abraham Weintraub disse ser "inaceitável" que o Brasil esteja atrás de países europeus e asiáticos em rankings educacionais. "É reconhecer que somos geneticamente incapazes de chegar lá", afirmou.

(Luísa Martins | Valor)

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**MEC lança lista de compromissos para a educação básica; veja pontos Documento foi discutido com secretários estaduais e municipais. Texto inclui valorização de professores e construção de creches públicas.**

O Ministério da Educação (MEC) lançou nesta quinta-feira (11) uma "carta-compromisso" com objetivos para a educação básica até 2022, além de uma meta-geral para os próximos 12 anos. O texto foi chamado de "Compromisso Nacional pela Educação Básica", e deverá ser usado como um plano estratégico para as políticas da pasta.

O texto inclui pontos como a construção de 4,9 mil creches até 2022, ampliação da carga horária de escolas públicas para diminuir a evasão escolar, acesso à internet em escolas rurais, a implantação de colégios cívico-militares e formação de professores da educação básica por meio de ensino a distância (veja abaixo os pontos).

"O Brasil tá cheio de boas iniciativas e é um país com muitos recursos. [...] A gente não tem alternativa a não ser avançar", afirmou o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

O secretário de Educação Básica do MEC, Jânio Carlos Endo Macedo, reconheceu que boa parte da carta-compromisso repete ou expande programas que já tinham sido criados e implementados em gestões anteriores.

"Para a educação básica, o que vale é arroz com feijão. É trabalhar muito duro para implementar as políticas que já estão mais que testadas. Não tem que reinventar a roda. Para o ensino médio, a gente quer o que? Implementar o Novo Ensino Médio", afirmou o secretário de Educação Básica do MEC, Jânio Carlos Endo Macedo.

Constituição prevê que ensino básico é prioridade de estados e municípios; entenda os gastos com educação

Prioridades do documento

O documento, debatido com secretários estaduais e municipais da área, inclui:

Tornar o Brasil referência em educação básica na América Latina até 2030  
Construir 4,9 mil creches até 2022, reestruturando o programa Pró-Infância. Segundo o MEC, menos de 50% das obras previstas foram concluídas desde 2007.

Revitalizar o programa “Novo Mais Educação”, ampliando a carga horária dos colégios públicos para “diminuir a evasão e melhorar indicadores educacionais”.

Estimular a adesão ao “Novo Ensino Médio”, com investimentos de R\$ 230 milhões até o fim do ano.

Conectar 6,5 mil escolas rurais em todos os estados à internet, com banda larga por satélite. O MEC prevê investimento de R\$ 120 milhões até dezembro, beneficiando 1,7 milhão de estudantes.

Implementar 108 escolas cívico-militares no país até 2023. Segundo o MEC, o ritmo será de 27 ao ano – uma para cada unidade da Federação. Nesse modelo, a gestão da escola é compartilhada entre professores, na parte pedagógica, e militares, em administração e disciplina.

Estabelecer trilhas de formação de professores da educação básica até 2020, por meio de “cursos de ensino a distância com a disponibilização e materiais de apoio e disponibilização de recursos”.

#### Educação básica no foco

Desde que assumiu o governo, o presidente Jair Bolsonaro indicou que daria prioridade ao ensino básico, criticando uma suposta ênfase de governos anteriores no ensino superior. Até o momento, no entanto, as diretrizes da gestão não estavam claras.

43% dos municípios brasileiros gastam menos do que mínimo satisfatório em educação  
Mais da metade dos brasileiros de 25 anos ou mais ainda não concluiu a educação básica, aponta IBGE

Em maio, quando assumiu o Ministério da Educação após a demissão do ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez, Abraham Weintraub foi ao Senado apresentar os pontos prioritários de gestão. Na ocasião, ele destacou a educação básica, a atenção a resultados e o reconhecimento por mérito, mas sem prazos definidos.

Nesta quinta, Weintraub disse que a discussão das propostas com estados e municípios já somava 70 dias.

“Essa iniciativa é fruto do direcionamento do programa de governo do presidente eleito Jair Messias Bolsonaro, de menos Brasília e mais Brasil. A gente precisa viabilizar as boas ideias e experiências de sucesso que a gente já encontra no Brasil todo. Direcionar os recursos de forma menos burocrática”, disse.

#### Do ensino infantil aos adultos

O documento é estruturado a partir das etapas da educação básica: ensino infantil, fundamental, médio, profissional e educação de jovens e adultos (EJA). Também há eixos ligados à formação de professores, ao fortalecimento da gestão escolar e à avaliação dos alunos.

“Essa apresentação de hoje é o marco inicial de um planejamento de médio prazo. A gente espera fazer a prestação de contas, para a sociedade, de todas essas ações ao longo do tempo”, afirmou o secretário de Educação Básica do MEC, Jânio Carlos Endo Macedo.

O presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Alessio Costa Lima, elogiou a construção compartilhada do documento, mas afirmou que o que falta “na ponta”, muitas vezes, não é conhecimento técnico ou meta, e sim, verba pública.

“Para quem faz a gestão nos municípios, sobretudo nos de menor porte, de fato é um momento bem delicado. A gente tem a intenção de fazer, sabe o que precisa ser feito, mas nem sempre tem as condições, sobretudo financeiras, para implementar as políticas que a gente julga ser necessário para implementar uma educação de qualidade.”

## Eficiência

Questionado pela TV Globo sobre como pretende dar o “salto de qualidade” na educação com os mesmos programas que já existem, e sem aumentar o investimento, o secretário afirmou que o segredo será “trabalho”.

Seguindo o discurso do ministro Abraham Weintraub, Endo disse discordar da necessidade de 10% do PIB em verbas.

“O dinheiro, grande parte nós temos aqui. O que queremos é criar mais eficiência. Havendo necessidade de dinheiro complementar, nós pedimos. Mas não há necessidade de chegar a 10% do PIB, eu te asseguro.”

“Se um estado se destacou na educação, é porque alguém decidiu dar atenção a isso. É como uma orquestra. Se você pega uma orquestra fantástica, você tem músicos fantásticos, pessoas que tocam muito bem. Para que você tem um maestro? Para ajudar as pessoas a ordenar suas ações. A gente quer que o MEC seja esse maestro”, declarou.

Apesar disso, Endo reconhece que, para dar escala a projetos regionais de sucesso, reavaliar todo o sistema educacional, informatizar escolas e valorizar professores, será preciso gastar dinheiro.

“Nós estamos discutindo já a necessidade orçamentária que teremos ano que vem, para incluir na PLOA [Projeto de Lei Orçamentária Anual]. Se a gente tiver alguns projetos adequados e sustentáveis, a gente vai ter que arrumar pessoas que nos ajudem a dizer que são projetos estruturantes. E com isso, que há necessidade orçamentária.”

## Para além do plano

Ao apresentar o compromisso nacional, Weintraub citou outros pontos que não estão no texto mas, segundo ele, seriam importantes para uma mudança de cenário na educação pública.

Um desses pontos, afirma o ministro, é a alteração da meta orçamentária do Plano Nacional de Educação. Até 2024, a lei prevê que 10% do PIB brasileiro terá de ser investido no setor.

“Ou a gente muda no PNE ou a gente aumenta imposto, o que eu sou contra”, disse Weintraub. Segundo o ministro, o governo é favorável a ampliar os recursos para a educação mas, em contrapartida, quer cobrar “metas de desempenho” – que ainda não foram detalhadas.

Ainda de acordo com o ministro, nas próximas semanas a pasta vai apresentar um novo programa para o ensino técnico – a ideia é alcançar 30% dos estudantes que se formam no ensino médio. Hoje, diz Weintraub, o ensino técnico só acolhe 8% dos alunos.

Até o fim do mês, o ministro também promete um “projeto para reformular e libertar as universidades federais, para que elas atinjam o mesmo desempenho dos países de ponta, no mundo”.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

topo ↕

### J. DO COMMERCIO - PE - TEMPO REAL

#### Programa incentiva negócios inovadores

#### O Centelha RS oferece até R\$ 68 mil para empreendimentos com potencial de inovação

Estão abertas as inscrições para o Programa Centelha, que visa estimular a criação de empreendimentos inovadores e disseminar a cultura empreendedora no Rio Grande do Sul. Para o diretor-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), Odir Antônio Dellagostin, o programa é uma possibilidade incentivar pessoas com potencial de inovação.

“É uma oportunidade única para quem tem uma ideia inovadora e precisa de apoio para transformar esta ideia em oportunidade de negócio. O Centelha proporciona orientação para a estruturação do projeto de empreendimento, para a criação da empresa e concede recursos não reembolsáveis para o início das atividades. Temos certeza que há muitas pessoas com ideias com grande potencial de inovação. Queremos que estas ideias se transformem em riqueza para a sociedade, em oportunidade para pessoas e em progresso para a sociedade”, afirma.

O programa irá oferecer capacitações, recursos financeiros e suporte. A iniciativa é promovida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Mctic) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), e executado por meio de parcerias nos estados.

No Rio Grande do Sul, é executado pelo governo do Estado, por meio da Fapergs, e em parceria com Sebrae-RS, Badesul e Rede Gaúcha de Ambientes de Inovação. A iniciativa pretende incentivar o empreendedorismo inovador, para transformar ideias em negócios de base tecnológica, oferecendo recursos de subvenção econômica, não reembolsáveis.

Serão disponibilizados R\$ 1,84 milhão para até 50 propostas, recursos oriundos da Fapergs e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Fndct/Finep. De acordo com o edital, o recurso financeiro concedido às ideias que forem contempladas será de no mínimo R\$ 40 mil e no máximo R\$ 68,3 mil, em até três

parcelas.

Com base na análise do ecossistema de inovação gaúcho serão apoiados projetos nas temáticas de automação, big data, biotecnologia e genética, blockchain, design, eletroeletrônica, geoengenharia, inteligência artificial e machine learning, internet das coisas (IoT), manufatura avançada e robótica, mecânica e mecatrônica, nanotecnologia, química e novos materiais, realidade aumentada, realidade virtual, segurança, privacidade de dados, tecnologia social, tecnologia da informação (TI) e telecom.

Pessoas físicas e jurídicas interessadas em submeter suas propostas ao Programa Centelha devem se inscrever até o dia 18 de julho pelo site:

[programacentelha.com.br/rs/](http://programacentelha.com.br/rs/).

topo ↕

## JORNAL DIA A DIA - TEMPO REAL

### **Pós-graduação em Educação da UFSCar recebe inscrições em processo seletivo de mestrado e doutorado**

#### **Pessoas interessadas devem se inscrever até o dia 19 de julho**

O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) abriu processo seletivo para os cursos de mestrado acadêmico e doutorado, com ingresso no primeiro semestre de 2020. As inscrições deverão ser realizadas exclusivamente pelo site do Programa ([www.ppge.ufscar.br](http://www.ppge.ufscar.br)) até o dia 19 de julho, mediante envio de documentação, detalhada nos editais. No total, estão sendo oferecidas 57 vagas para o mestrado e 39 para o doutorado.

O processo seletivo para o mestrado será composto por quatro fases: avaliação do projeto de pesquisa, prova escrita, arguição do projeto e análise de currículo. As três primeiras são eliminatórias e a última é classificatória. Para o doutorado, o processo tem três fases, sendo as duas primeiras eliminatórias – análise do projeto de pesquisa e arguição do projeto – e a terceira é análise do currículo, de caráter classificatório.

#### **Avaliado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

**Superior (Capes)** com conceito 5, o PPGE tem sete linhas de pesquisa: “Educação em Ciências e Matemática”; “Educação Escolar: Teorias e Práticas”; “Educação, Cultura e Subjetividade”, “Estado, Política e Formação Humana”; “Formação de Professores e outros Agentes Educacionais”; “História, Filosofia e Sociologia da Educação”; e “Práticas Sociais e Processos Educativos”.

Todas as informações sobre o processo seletivo – como cronograma completo, documentação exigida, vagas e membros da comissão de seleção – constam nos editais, disponíveis em [www.ppge.ufscar.br](http://www.ppge.ufscar.br), onde também há detalhes sobre o Programa.

topo ↕

## METRÓPOLES - TEMPO REAL

### **MEC quer implementar 108 escolas com gestão cívico-militar até 2023**

#### **Objetivo é atender média de mil alunos por unidade e aumentar o desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**

O Ministério da Educação (MEC) divulgou que pretende implantar 108 escolas cívico-militares até 2023 para atender uma média de mil alunos por unidade. A medida faz parte do planejamento estratégico para a educação básica no Brasil, divulgado na manhã desta quinta-feira (11/07/2019), pelo ministro Abraham Weintraub junto ao secretário de Educação Básica, Jânio Macedo.

No cronograma previsto, haverá uma instalação por unidade federativa a cada ano. De acordo com o ministério, existem 203 escolas com esse tipo de gestão em 23 estados e no DF, somando 192 mil alunos matriculados. Outra proposta é fortalecer, anualmente, uma escola existente em cada UF, por ano, no mesmo prazo.

O investimento anual calculado para a execução da medida é de aproximadamente R\$ 40 milhões. A captação da verba, no entanto, ainda é discutida.

O objetivo, segundo a pasta, é aumentar a média no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), sob a justificativa de que o indicador dos colégios militares chegou a 6,99, enquanto o dos civis ficou em 4,94.

“O pressuposto para a implementação dessa escola é que ela se dê em locais carentes, como foi o ensino médio em tempo integral. Se você não colocar em locais carentes, você vai aumentar ainda mais a diferença de conhecimento dessa população”, explicou Macedo.

O MEC criou, no início do governo de Jair Bolsonaro (PSL), a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares para implementar o modelo conforme a demanda dos estados.

No Distrito Federal, o governador Ibaneis Rocha (MDB) definiu, nesta semana, as seis escolas que devem passar a ter gestão compartilhada entre a Secretaria de Educação, a Polícia Militar (PMDF), o Corpo de Bombeiros Militar (CBMDF) e a Secretaria de Segurança Pública. A lista contempla o Centro de Ensino Fundamental (CEF) 19 (Taguatinga), o CEF 407 (Samambaia), o Centro Educacional Gisno, o CED Condomínio Estância III (Planaltina), o CEF 01 (Núcleo Bandeirante) e CEF 05 (Paranoá).

#### Plano estratégico

De acordo com o ministro Abraham Weintraub, as definições vão ao encontro ao discurso do governo Bolsonaro, de “menos Brasília e mais Brasil” e foram validadas por secretários estaduais e municipais da Educação, com debates que duraram mais de dois meses.

Nesta semana, o ministro esteve por duas vezes no Palácio do Planalto, em encontro com o presidente Jair Bolsonaro (PSL), mas o conteúdo dos encontros não foi detalhado. “O objetivo final é a criança, o jovem completar potencial que ele tem, que hoje se perde no caminho nesse processo longo”, disse.

O planejamento foi elaborado pelo MEC em conjunto com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Outras medidas divulgadas são o foco no término de obras de creches, investimento no ensino médio integral e na conectividade das escolas, além do avanço na formação de docentes.

[topo](#)

**O ANTAGONISTA - BLOG**

## **Weintraub critica ideia de Getúlio Vargas e repete o “menos Brasília, mais Brasil”**

Durante a apresentação, na manhã de hoje, do Compromisso Nacional pela Educação Básica, projeto do MEC em parceria com conselhos de estados e municípios, o ministro Abraham Weintraub parafraseou Getúlio Vargas, criticando a ideia do ex-presidente de que “os sábios do governo central vão decidir o que acontece no Brasil”.

O objetivo do Ministério da Educação é tornar o Brasil referência na América Latina em relação à educação básica até 2030. Hoje, segundo ranking da OCDE, o Brasil tem o segundo pior índice de efetividade da educação básica entre os sul-americanos, à frente apenas do Peru.

Para alcançar o objetivo, Weintraub acredita que o caminho é a descentralização dos recursos e tomadas de decisão.

“Menos Brasília, mais Brasil. Nós vamos destinar os recursos de forma não burocrática para quem está na ponta da educação.”

topo ↕

### **PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL**

#### **MEC detalha planejamento para a educação básica**

O Ministério da Educação (MEC) pretende implementar 108 escolas cívico-militares até 2023. Essa é uma das ações previstas no Compromisso Nacional pela Educação Básica, documento apresentado hoje (11), em Brasília. Ele reúne ações que estão sendo planejadas para serem implementadas até o fim do atual governo.

Além das escolas militares, pretende-se dar celeridade à conclusão de mais de 4 mil creches até 2022; conectar 6,5 mil escolas rurais por meio de satélite em banda larga em todos os estados; e ofertar cursos de ensino a distância para melhorar a formação de professores, até 2020, entre outras ações.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, durante apresentação do Compromisso Nacional pela Educação Básica.

O documento foi elaborado pelo MEC em conjunto com estados e municípios representados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). As ações são voltadas para a educação básica, período que compreende desde o ensino infantil até o ensino médio.

O plano de ação, segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub, visa dar mais protagonismo aos estados e municípios, seguindo o mote defendido pelo governo de menos Brasília e mais Brasil. “As ideias já existiam, precisava transformar a energia potencial em energia cinética”, disse. Segundo ele, o Brasil tem boas iniciativas e recursos que podem ser direcionados para melhorar a educação do país.

A intenção, de acordo com o MEC, é tornar o Brasil referência em educação na América Latina até 2030. “Nós, como brasileiros, em essência, somos tão bons quanto qualquer país no mundo”, disse o ministro.

Escolas cívico-militares

Um dos destaques do Compromisso Nacional pela Educação Básica é a implementação de escolas cívico-militares, pauta defendida desde a campanha do presidente Jair

Bolsonaro.

Neste ano, o MEC passou a contar inclusive com uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. A intenção é, de acordo com o plano apresentado nesta quinta-feira, implementar o modelo em 27 escolas, por ano, uma por unidade da federação. A medida, segundo o MEC, deve atender a 108 mil alunos.

Além das 27 novas escolas por ano, o MEC pretende fortalecer 28 escolas cívico-militares por ano, em conjunto com os demais entes federados, totalizando 112 escolas até 2023, atendendo a aproximadamente 112 mil estudantes.

As escolas cívico-militares são instituições não militarizadas, mas com uma equipe de militares da reserva no papel de tutores. A meta é aumentar a média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Segundo o MEC, enquanto a média do Ideb em colégios militares é 6,99, nos civis é 4,94.

“Os pressupostos é que [a instalação das escolas] se dê em locais carentes, como foi o ensino médio em tempo integral. Se não se coloca em locais que sejam carentes, estará aumentando ainda mais a diferença de conhecimento dessa população”, afirmou o secretário de Educação Básica do MEC, Jânio Carlos Endo Macedo. Ao todo, o governo pretende investir R\$ 40 milhões por ano no projeto de escolas cívico-militares. Principais metas do Compromisso Nacional pela Educação Básica

**Creches –** Reestruturar o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) para dar celeridade à conclusão de mais de 4 mil creches até 2022.

**Ensino integral –** Revitalizar o programa Novo Mais Educação. As escolas que aderirem terão o mínimo de 5 horas de aula por dia. No integral, a ideia é ampliar para 7 horas por dia. A meta é diminuir a evasão e melhorar indicadores educacionais.

**Ensino Médio –** Estimular o Novo Ensino Médio, aprovado em lei em 2017. Investir R\$ 230 milhões até o final de 2019 no ensino médio em tempo integral. Está previsto para 2020 um programa piloto em 3,5 mil instituições de ensino. No novo ensino médio, os estudantes poderão escolher um itinerário formativo para complementar a formação básica ofertada a todos os estudantes. Eles poderão escolher entre a formação em linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas e sociais, além da formação técnica e profissional.

**Internet –** Conectar, por meio do programa Inovação Educação Conectada, 6,5 mil escolas rurais por meio de satélite em banda larga em todos os estados. Serão investidos R\$ 120 milhões até o fim de 2019. Aproximadamente 1,7 milhão de estudantes serão beneficiados. O MEC irá repassar ainda R\$ 114 milhões para fomentar a internet em 32 mil colégios urbanos. A intenção é beneficiar 17 milhões de alunos.

**Aulas interativas –** A Universidade Federal do Ceará, a Universidade Federal de Goiás e a Universidade Federal de Santa Catarina desenvolverão games voltados para os anos iniciais do ensino fundamental, ou seja, do 1º ao 5º ano. Serão investidos R\$ 3 milhões até o final de 2019;

EJA – A educação de jovens e adultos será articulada à educação profissional e tecnológica, além de ser conectada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que estabelece o mínimo que deve ser ensinado em todas as escolas do Brasil.

Formação de professores – Até 2020, estabelecer trilhas de formação para professores por meio de cursos a distância, com disponibilização de materiais de apoio e de recursos. A proposta é que professores que não são formados nas áreas que atuam possam receber a formação, além de qualificar melhor todos os demais profissionais.

Escolas cívico-militares – Implementar, até 2023, 108 escolas cívico-militares, 27 por ano, em cada uma das unidades da federação.

topo ↕

## R7 - TEMPO REAL

### **MEC quer colocar 1,7 milhão de crianças na creche até fim de 2020**

### **Ministro prometeu cumprir as metas, universalizar a pré-escola no país e atingir o percentual de 50% das crianças em colégios nos próximos meses**

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse, nesta quinta-feira (11), que a pasta pretende incluir 1,7 milhão de crianças em creches até o final do ano que vem.

— Vamos cumprir as metas e a mais óbvia é a universalização da pré-escola, o que é um absurdo não estar universalizada, e chegar a 50% das crianças na creche. É botar nas creches 1,7 milhão de crianças e acredito que seja possível já no ano que vem.

A meta faz parte do Compromisso Nacional pela Educação Básica, apresentado nesta quinta-feira (11) pelo ministro da Educação e pelo secretário de Educação Básica, Jânio Macedo.

Para as creches, o compromisso prevê a reestruturação do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição para a rede pública de Educação Infantil (Proinfância) para dar mais agilidade na conclusão de 4.000 creches até 2022. Até agora, menos de 50% das obras foram concluídas.

O compromisso pela educação básica tem ainda metas para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio e Técnico. Os outros eixos são Educação Conectada, Formação de Docentes e Escolas cívico-militares e o Retorno Social da educação.

O planejamento estratégico foi elaborado pelo MEC em colaboração com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

A educação básica é o foco da gestão atual do MEC. Em audiência na Câmara dos Deputados em maio, o ministro disse a educação básica no Brasil, incluindo creche, pré-escola e os primeiros anos de alfabetização, está defasada. “Cinquenta por cento das nossas crianças passam pelo ensino fundamental sem aprender a ler, escrever e fazer conta.”